Reagrupamento Revolucionário

Verão de 2011-2012

Ano I Nº02

A esquerda e a luta de classes em 2011

Palestina e os "adoradores do fato consumado"

P. 11

A revolta dos Bombeiros e as "greves" políciais

P. 03

As "Greves" Policiais, os Bombeiros e a Esquerda

O Vermelho Deles e o Nosso

Por Rodolfo Kaleb, agosto de 2011

No início de junho as recentes reivindicações dos Bombeiros Militares do estado do Rio de Janeiro chegaram a um ápice quando o Quartel Central da corporação foi ocupado após uma passeata no centro da capital. Esse foi o ponto de maior tensão num processo que se estendia desde abril, incluindo muitas passeatas e aquartelamentos (ato de permanecer nos quartéis nos fins de semana) realizados pelos bombeiros na busca pelos seus interesses. Em grande parte dessas ações, os bombeiros receberam apoio de membros da Polícia Militar do Rio de Janeiro, inclusive fazendo parte das passeatas. Na ocupação do Quartel Central, entretanto, a polícia manteve uma posição mais "moderada", e tentou retirar os bombeiros do Quartel. Diante dos fracassos na negociação, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar reprimiu violentamente os bombeiros e prendeu 439 deles. Essa não foi a primeira situação em que se projetou uma repressão aos bombeiros por parte da polícia – em abril as passeatas já vinham sendo acompanhadas pelo Batalhão de Choque da PM, armado com gás lacrimogêneo, armas de efeito moral e cassetetes (que geralmente são usados para dispersar mobilizações operárias, populares e estudantis).

A cidade foi impactada pela repressão aos bombeiros. Do dia para a noite as fitas, adesivos, cartazes e faixas vermelhos prestavam apoio e solidariedade aos bombeiros. Sem dúvida grande parte da população apoiou a luta da corporação. Infelizmente, essa não foi uma expressão de consciência de classe por parte dos trabalhadores (como muitos na esquerda pretenderam), mas um reflexo do seu estado de nível de consciência recuado (e do oportunismo gangrenoso na esquerda brasileira). Os bombeiros são parte da Polícia Militar do Rio de Janeiro e como tal são utilizados (ainda que com menor frequência) em tarefas de repressão da classe trabalhadora e outros setores populares. Essa não é uma situação atemporal no Brasil e nem comum a todos os países, mas a atual subordinação dos bombeiros militares (armados e treinados) à polícia os caracteriza como parte dos "corpos profissionais de homens armados" sob controle da burguesia brasileira e os torna aptos como os inimigos, e não os aliados, dos trabalhadores em sua luta pelo socialismo.

A natureza complexa dos Bombeiros Militares

A paralisação e as mobilizações dos bombeiros militares abriram uma situação relativamente nova para a esquerda. Embora muitos tenham suas posições sobre apoiar ou não greves policiais definidas há muito tempo, a condição dos bombeiros não é exatamente a mesma do restante da polícia, o que sem dúvida gerou confusão entre grupos que normalmente se opõem às "greves" policiais. É necessário reconhecer, antes de tudo, que a condição dos bombeiros militares é complexa, uma vez que eles não são, por essência, profissionais de repressão. A Liga Comunista (uma pequena organização centrada em São Paulo) foi uma das que tentou simplificar a realidade ao extremo para facilitar uma resposta política, igualando os bombeiros à polícia em todos os países, apagando qualquer diferença entre eles:

> "Somos pela destruição dos bombeiros porque são uma polícia burguesa, por serem, repetindo mais uma vez os ensinamentos do velho Engels, um destacamento especial de homens armados do Estado capitalista, não simplesmente por serem militarizados. (...) Por sua vez, os bombeiros são militarizados no Brasil e não militarizados nos EUA, Japão e Austrália, e nem por isto deixam de ser uma força coadjuvante da repressão policial nesses países"
> Blog da Liga Comunista, 20 de junho.

Diferente do que propõe a Liga Comunista, os bombeiros não são por natureza uma "força de repressão coadjuvante" ou uma "polícia burguesa igual a qualquer outra". Na maioria das democracias burguesas, como é o caso nos Estados Unidos, eles cumprem apenas tarefas de resgate, manutenção, prevenção de acidentes, etc. Nos Estados Unidos e na maioria dos países dos quais temos conhecimento, os bombeiros cumprem um papel necessário e seus interesses podem ser considerados os mesmos dos proletários. Sem dúvida alguma, os bombeiros brasileiros

Índice

Reagrupamento Revolucionário

Blog temporário: reagrupamento-rr.blogspot.com
Site (com seção em portugês): regroupment.org

Rio de Janeiro: Cx. Postal 50048 - RJ, 20050-971
reagrupamento.revolucionario@gmail.com
Nova York: P.O. Box 542 - Brooklyn, NY 11204
revolutionary_regroupment@yahoo.com

Bombeiro em frente ao Quartel General da corporação: muitos têm porte de arma (O Globo)

também cumprem tarefas socialmente úteis. Entretanto, o fato de estarem subordinados à Polícia Militar e ao Exército, e de amplos setores receberem armas e treinamento de combate, faz com que eles sejam elementos aptos a reprimir a classe operária, e que se identificam conscientemente e os seus interesses com os da polícia.

A condição de policiais militares só foi incorporada aos bombeiros no Brasil após a Segunda Guerra. Durante um breve período, na década de 1930, os corpos de bombeiros foram desmilitarizados, quando o governo bonapartista de Getúlio Vargas quis diminuir o poderio militar dos estados. A sua condição de corpos armados subordinados à polícia foi acentuada durante o regime militar (1964-85), quando eles foram completamente integrados à hierarquia das polícias a nível nacional **[1]**. Isso se deveu a uma necessidade do Estado brasileiro por mais forças de repressão. Foi nesse período que os bombeiros foram mais utilizados em ações repressivas. Uma das situações mais comentadas pela esquerda foi o atentado a bomba no Riocentro em primeiro de maio de 1981. Na época, um setor militar planejou um atentado à bomba contra um show de comemoração do dia do trabalhador, que por sorte foi frustrado e acabou matando um dos seus executores. Nesse momento, muitos bombeiros eram parte do GOESP (Grupo de Operações Especiais), ao qual o atentado foi atribuído, que perpetrava ações qualificadas de investigação e repressão contra a esquerda e o movimento dos trabalhadores. Mesmo após o fim do regime militar, os bombeiros foram mantidos na estrutura policial e mantiveram todos os treinamentos que qualificam grande parte deles para a repressão, o que os deixa preparados para serem utilizados como policiais sempre que o Estado burguês sentir necessário.

O nível relativamente baixo de luta de classes faz com que os bombeiros sejam utilizados com menor frequência em atividades oficiais de repressão. Mas apenas porque isso não tem sido necessário. Não há dúvida de que, em sua condição atual, diante de um levante na mobilização dos trabalhadores, os bombeiros podem e serão utilizados para atacar o movimento dos proletários. Talvez a prova mais cabal disso seja o fato de que eles têm reprimido violentamente a população atuando nas milícias que dominam vários ramos comerciais nas periferias do Rio de Janeiro, explorando e oprimindo a população pobre. De acordo com o próprio Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, 25% dos milicianos são membros do corpo de bombeiros **[2]**.

Uma das organizações que diz ser contra as greves de policias, e que mesmo assim apoiou o motim dos bombeiros, foi o Coletivo Lenin, do Rio de Janeiro. Esse grupo, que antes era uma tentativa honesta, ainda que com falhas, de construir um partido revolucionário **[3]**, manteve até agora a sua posição traiçoeira mesmo após o panfleto que tentou distribuir no acampamento dos bombeiros ter sido proibido pela liderança do "movimento" porque fazia críticas à polícia. Apesar de já ter ficado evidente para a maioria dos militantes honestos da esquerda que os bombeiros são parte da polícia, o Coletivo Lenin insiste que:

> "**Mas acreditamos que a luta dos Bombeiros deve ir além da demanda por um piso salarial decente.** Diferente da polícia e das Forças Armadas, os Bombeiros não cumprem nenhum papel repressivo na sociedade, pelo contrário, o papel deles sim é ajudar e socorrer."
> Blog do Coletivo Lenin, 11 de junho.

Nenhuma justificativa de confusão honesta explica porque o Coletivo Lenin mantém a sua posição sem nenhum balanço público desse erro. Agindo assim, o grupo apoia um aumento salarial para profissionais treinados para repressão, coisa que era terminantemente contra até então. Talvez pior, diz para a vanguarda dos trabalhadores que o papel dos bombeiros é simplesmente "ajudar e socorrer", despreparando-os para futuras situações radicalizadas da luta de classes, em que os bombeiros serão instrumentos de repressão utilizados com frequência muito maior do que hoje. A explicação para essa posição não é uma falta de informação, mas simplesmente uma adaptação do Coletivo ao nível atual da luta de classes, um pessimismo com relação às possibilidades de a classe operária e se radicalizar.

Sem dúvida seria vantajoso para os trabalhadores se os bombeiros deixassem de ter treinamento de repressão, armas e fossem desvinculados da polícia, já que assim suas características de repressão seriam destruídas. No entanto, esse era o conteúdo oposto ao da reivindicação dos Bombeiros, que o Coletivo Lenin e muitos outros na

esquerda apoiaram. Os bombeiros no Rio de Janeiros são parte das mesmas organizações "sindicais" que os policiais e uma a uma, as suas reivindicações propunham aproximá-los do aparato policial, e não afastá-los.

A principal reivindicação dos bombeiros era um aumento salarial e "melhores condições de trabalho", como o vale transporte. Essas reivindicações, por si sós, tornam a profissão de bombeiro militar muito mais atraente. Em outras palavras, fazem pressão para que os proletários se sintam tentados a se tornar parte do aparato de repressão burguês. "Melhores condições de trabalho" para os policiais só pode significar melhores armas, carros e munições a serem usados contra os trabalhadores e a população pobre, como nós discutiremos melhor mais a frente.

Outra reivindicação dos bombeiros era serem transferidos para a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro. Os bombeiros haviam recentemente sido alocados na Secretaria de Saúde, uma posição afastada dos demais policiais e que eles claramente repudiavam. Uma nota no blog "SOS Bombeiros" reclama dessa situação de maneira visivelmente reacionária:

> "Todos os Bombeiros Militares e certos setores da sociedade civil sabem o desastre que foi e é a inclusão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro na Secretaria de Saúde. Contrariando o artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nossa Carta Magna, o CBMERJ [Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro] está subordinado à Secretaria de Saúde e Defesa Civil, e não a Secretaria de Segurança Pública ou de Defesa Civil. Pasmem! Estamos inconstitucionalmente recebendo ordens de um secretário paisano, médico cirurgião ortopédico, que manda no Comandante Geral."
> Blog SOS Bombeiros, 31 de maio.

Depois de reclamarem por "receberem ordens" de um civil, os bombeiros militares conseguiram parte do que queriam. Após a repressão no Quartel Central no início de junho, o Governador Sergio "Assassino" Cabral já criou uma Secretaria de Defesa Civil que é composta unicamente pelo corpo de bombeiros. E o Secretário é o Comandante Geral da corporação. Essa medida, que cumpre uma das exigências dos bombeiros, torna mais fácil a sua utilização em atividades de repressão contra os trabalhadores, já que passam a "receber ordens" diretamente do Comandante.

Outra reivindicação dos bombeiros é a aprovação da PEC 300, um projeto de emenda à Constituição para aumentar o piso salarial dos policiais militares (e também dos bombeiros militares) em todo o Brasil. O movimento dos bombeiros está abertamente convocando uma marcha para Brasília para lutar por essa medida. Somente as organizações que tomam a "melhoria das condições" dos policiais como algo vantajoso para os trabalhadores teriam interesse em apoiar o motim dos bombeiros. Diante de um confronto como esse, em que todas as reivindicações dos bombeiros são negativas para os trabalhadores, a única posição revolucionária é de nenhum apoio a qualquer dos lados, e de sair em defesa dos interesses da classe proletária.***Nenhuma confiança na polícia ou nos bombeiros! Pela destruição de todos os aparatos de repressão da burguesia! Nenhum apoio ao motim de 3 de junho!*** Qualquer outra posição é uma traição.

Os revolucionários deveriam dar apoio a ações dos bombeiros somente se a sua manifestação refletisse um conteúdo representando setores que não são treinados para reprimir, em oposição à polícia e em repúdio às atividades de repressão para as quais muitos bombeiros são treinados. Levantando a bandeira de oposição às ações repressivas, os bombeiros estariam, momentaneamente, defendendo algo que também é interesse dos trabalhadores. Mas isso não mudaria nossa oposição aos aparatos de repressão. Aqueles que escolhem permanecer membros das ferramentas de combate da burguesia são inimigos da classe trabalhadora. A única solução definitiva é a destruição dos órgãos de repressão capitalistas. Somente os trabalhadores podem fazer isso, organizando a sua própria segurança, de forma independente dos patrões e contra estes. ***Pela autodefesa dos trabalhadores e oprimidos! Destacamentos operários contra os policiais da burguesia!***

A esquerda e as "greves" policiais

O mais entusiasmado de todos com o levante dos bombeiros militares foi sem dúvida o PSTU, que adotou um adesivo com o lema "Somos todos bombeiros". Ignorando o fato de que as reivindicações dos bombeiros fortaleciam os aparatos repressivos, assim como as greves policiais por "melhores salários e condições de trabalho", o PSTU deu "total apoio" à luta dos bombeiros:

> "O PSTU vem a público manifestar total apoio à luta dos trabalhadores do corpo de bombeiros, que durante meses vem exigindo do governador Sergio Cabral que sente para negociar suas reivindicações por melhores condições de trabalho, por um aumento decente dos salários, pelo pagamento do vale transporte, e pelo fim das gratificações."
> *Somos Todos Bombeiros*, site do PSTU, 4 de junho.

Provavelmente a posição do PSTU não seria muito diferente se aqueles que lutassem por "melhores condições de trabalho" fossem os policiais que são usados, não apenas em conjunturas específicas, mas diariamente, na repressão dos movimentos sociais e da esquerda. Numa declaração de seu dirigente sindical Zé Maria, o PSTU explicou que:

> "Essa luta [dos bombeiros no Rio de Janeiro], por si só, é na verdade a ponta de um verdadeiro iceberg, do descontentamento dos bombeiros e policiais civis e militares de todo o País, que lutam pela aprovação da PEC 300, que estabeleceria um piso salarial digno para o setor."
> *Dilma, Palocci e a volta das mobilizações sociais*,

Manifestação em Brasília exige aprovação da PEC 300 (Blog Debate Policial)

site do PSTU, 17 de junho.

Curiosamente, a PEC 300 une não apenas os policiais militares, civis e bombeiros, como também todos os partidos da direita reacionária brasileira. O DEM e o PSDB têm estado na ponta de lança do projeto e agora recebem o apoio "inesperado" de um dos partidos da "extrema esquerda" para fortalecer os carrascos da classe trabalhadora. É especialmente deseducativo para a vanguarda da classe trabalhadora que um partido que reivindica o legado do trotskismo e com considerável influência na juventude tenha essa postura plenamente adaptada ao sistema capitalista e ao Estado burguês. Por isso é nosso papel, mesmo com nosso pequeno alcance, desmistificar esta posição adaptada ao senso comum de que "policial também é trabalhador" e quebrar os argumentos pseudo-ortodoxos que o PSTU coloca.

Numa polêmica que chamou a atenção da maior parte da esquerda, o PSTU (através de Eduardo Almeida Neto, seu principal dirigente político) acusa a Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI), de criar "manobras" para, corretamente, não apoiar a luta dos bombeiros:

> "A primeira é que, como os policiais não são trabalhadores, é errado apoiar suas greves. Evidentemente os policiais não são partes do proletariado, e trabalham em uma instituição repressora do Estado burguês, uma superestrutura a serviço da classe dominante. Entretanto, essa é só uma parte da realidade. A outra parte é que, por serem recrutados no proletariado, os policiais também vendem sua força de trabalho e sofrem com a péssima qualidade de vida como qualquer outro trabalhador, pois recebem baixos salários, pegam ônibus e metrôs lotados, moram nas periferias."
> *Polêmica: por que é correto apoiar a luta dos bombeiros*, site do PSTU, 14 de junho.

Antes de tudo, o próprio PSTU disse inúmeras vezes ao longo de muitos anos que os policiais eram trabalhadores. Ele aceita sindicatos policiais na central sindical que dirige (a CSP-Conlutas) e sempre levanta, em protestos, a palavra de ordem dirigida aos policiais "Você aí fardado, também é explorado". Por exemplo, num texto de 2007, o PSTU diz com todas as letras:

> "Esta é realidade de todas as categorias (policiais, professores/as, trabalhadores/as da saúde, da universidade, do transporte, operários/as, etc.) que formam uma única classe. O nosso desafio está em nos unirmos, nossa luta é uma só. Por isto, damos todo o apoio aos/às trabalhadores/as da segurança pública que se encontram no estado de Santa Catarina paralisados/as por melhores condições de trabalho (...)"
> *Todo apoio aos trabalhadores da segurança pública de Santa Catarina*, site do PSTU, 18 de maio de 2007.

O primeiro trecho de Eduardo Almeida é interessante porque ele nega que os policiais sejam trabalhadores numa tentativa de se manter na ortodoxia formal (renegando o próprio passado das formulações do PSTU), apenas para "aparecer bem" na polêmica. No entanto, logo Eduardo Almeida conclui que, apesar de não serem trabalhadores, os policiais são praticamente a mesma coisa: são recrutados do proletariado, pegam metrô lotado, etc. De fato, para Eduardo Almeida, teríamos que olhar num microscópio para achar uma diferença entre um metalúrgico, professor ou terceirizado e um policial. Para Trotsky, a questão era bem diferente:

> "O fato de que os agentes de polícia tenham sido recrutados em grande parte entre os operários social-democratas não quer dizer absolutamente nada. Aqui também a existência determina a consciência. O operário que se torna um policial a serviço do Estado capitalista é um policial burguês, não um operário".
> *A Revolução Alemã e a Burocracia Stalinista*, Leon Trotsky, 1932, citado na resposta da LER-QI.

Nenhum outro "trabalhador", a não ser os policiais (inclusive, nesse caso, os bombeiros também) podem ser usados para reprimir uma greve, uma passeata ou uma ocupação de fábrica. Nenhuma outra "categoria" é tão condicionada material e ideologicamente para a atividade de obedecer às ordens de atirar, espancar e bater em trabalhadores, pobres e negros.

Não é preciso lembrar as lições de séculos da classe operária, aprendidas pelos verdadeiros revolucionários: muitos militantes do PSTU sofrem repressão da polícia frequentemente. No entanto, mesmo com a resposta bem diante do seu nariz, os líderes do PSTU surfam na onda da popularidade das greves policiais, ao invés de aproveitar estas oportunidades para lembrar aos trabalhadores (inclusive os mais combativos, que são presos, recebem

golpes e gás de pimenta) que não podem contar com a polícia para nada de positivo.

O PSTU costuma dizer que, apesar de a polícia ser repressora, os movimentos da base dos policiais são progressivos, pois colocam os policiais "tipo trabalhador" contra os seus superiores. Essa é uma concepção absolutamente irracional, que imagina que uma luta de alguém que ganha menos contra alguém que ganha mais é sempre positiva, em qualquer situação. Será que Eduardo Almeida e os demais líderes do PSTU já pensaram qual é o resultado de uma luta vitoriosa dos policiais por "melhores salários" ou "melhores condições de serviço"? É claro que já, e há muito tempo, mas preferem continuar reproduzindo sua posição para se manterem adaptados ao que pensa a maior parte da população (e a maior parte dos trabalhadores, por sinal): que a polícia é igual a eles. Acontece que, mantendo o atual nível de consciência dos trabalhadores, nenhuma revolução socialista será possível, com a possível exceção de uma "revolução de fevereiro" **[4]** que nada mude na condição essencial dos explorados e oprimidos.

Se os policiais recebem mais verbas públicas, para melhorar suas "condições de trabalho" isso significa mais dinheiro para os mecanismos de repressão (carros, armas, munição, bombas, serviço de espionagem e inteligência). Salários mais altos para os policiais (como proposto pela PEC 300) significa que mais e mais proletários se sentirão pressionados a se tornarem elementos de repressão da burguesia, e também, logicamente, o aumento de fardados para reprimir os trabalhadores, oprimidos e a esquerda (inclusive o próprio PSTU)! Eduardo Almeida e os outros líderes de PSTU não devem conseguir dormir tranquilamente a noite ao pensarem que a sua política pode, e irá, se os policiais forem bem sucedidos, resultar em mais repressão ou até mesmo prisões de militantes dentro do seu próprio partido (como aconteceu na visita de Obama no Rio, no final de março).

Outro argumento que os dirigentes do PSTU sempre levantam quando questionados é que as lutas dos policiais acontecem junto às dos "demais trabalhadores públicos". Essa é uma situação real, embora não tão comum como o PSTU pressupõe. Isso porque a maioria dos cortes no setor público acontece sempre nos setores que são necessários à população, como saúde e educação, enquanto as áreas fundamentais para a burguesia, como a de segurança, justiça ou o parlamento, dificilmente sofrem cortes. Mas e quando os policiais parecem estar lutando contra os mesmos ataques que os trabalhadores? Mesmo nessas situações, o papel dos revolucionários deve ser de buscar **separar os trabalhadores dos seus carrascos**. Devemos dizer "***Eles estão aqui hoje para nos reprimir melhor amanhã!"*** Diferente dos setores públicos que são úteis para os trabalhadores, uma situação melhor para os policiais significa uma situação mais difícil para os trabalhadores na luta por sua emancipação. O mesmo vale para os policiais que se organizam em "sindicatos" para lutar por melhores condições. Os revolucionários devem fazer ouvir a palavra de ordem de ***Policiais para fora das centrais sindicais!*** Nenhum reconhecimento aos inimigos organizados da classe trabalhadora.

É preciso notar que essas ilusões na polícia estão presentes mesmo naqueles grupos que se reivindicam os mais ortodoxos. Um desses casos é o Movimento Negação da Negação (MNN), centrado em São Paulo, e que busca ser parte do Comitê Internacional liderado por David North. Uma notícia publicada no site do MNN em 12 junho compara explicitamente os bombeiros e policiais com "outras categorias" de trabalhadores.

> "A revolta dos bombeiros, que culminou na ocupação do quartel da corporação, ganhou o apoio de uma multidão de cerca de 30 mil pessoas hoje na orla de Copacana, no Rio de Janeiro. Além de, no meio da última semana ter tido manifestações de apoio de outros estados e outras categorias. Na quarta-feira, por exemplo, os policiais militares do Rio também aderiram ao movimento. O movimento recebeu manifestações de apoio desde sindicatos até deputados."
> *30 mil nas ruas protestam pelos bombeiros do Rio*, site do MNN, 12 de junho

O Comitê Internacional faz inúmeras críticas à corrente histórica do PSTU, fundada por Nahuel Moreno (e por isso apelidada de "morenista"). No entanto, o grupo de David North acaba, ao menos no seu apoio às "greves" e "lutas" dos policiais, trilhando o mesmo caminho que os seguidores de Nahuel Moreno, e um caminho diferente daquele de Trotsky.

Talvez alguns membros do MNN (que traduziram grade parte da seção em português do site do Comitê Internacional) ignorem o fato que o apoio a esses tipos de movimentos policiais de conteúdo reacionário é uma tradição da organização americana do Comitê Internacional, a Workers League (Liga dos Trabalhadores), precursora do atual SEP (Partido da Igualdade Socialista) norte-americano. Em 1971, a Workers League deu apoio a uma enorme "greve" policial em Nova Iorque, considerando que os policiais seriam aliados da luta dos trabalhadores

Faixa com os dizeres "PMs e Bombeiros Unidos" em ato no Largo do Machado deixa clara a aliança com os repressores (Blog Ame PM)

contra a prefeitura da cidade **[5].**

Mais do que nunca é essencial que os militantes honestos (dentro ou fora destas organizações) encarem de frente a verdadeira natureza da polícia, que os seus próprios dirigentes parecem ignorar, confiando que a luta dos policiais pode se unir a dos trabalhadores numa perspectiva socialista. Somente com uma vanguarda que desmascare brutalmente a polícia diante das massas é possível que os trabalhadores criem consciência dos seus interesses de classe e se revoltem contra a ordem e a ideologia da burguesia.

As "manobras" do PSTU e a proposta incoerente da LER-QI

Na já citada polêmica entre o PSTU e a LER-QI, é impossível não perceber que a LER-QI, ao menos na maior parte dos argumentos colocados, levou a melhor. Ela respondeu à maioria das formulações pseudo-ortodoxos do PSTU e mostrou corretamente que os aprendizes de Nahuel Moreno, como Eduardo Almeida, abandonam qualquer tipo de estratégia revolucionária para seguir conforme a música dos bombeiros e dos policiais. É sintomático de organizações centristas, como o PSTU, tentar manter a pose revolucionária enquanto a natureza de sua posição é absolutamente reformista, adaptada aos limites do capitalismo. No entanto, o PSTU tentou fazer passar uma série de "argumentos" falaciosos, tentando mostrar que a política da Terceira Internaconal Comunista e do trotskismo com relação ao aparato repressivo burguês era semelhante à sua própria. Esses argumentos são os mais nocivos e deseducativos para a vanguarda.

> "O partido bolchevique sempre defendeu uma estratégia de luta pelo poder que incluía uma faceta militar que começava com o objetivo de dividir as forças armadas burguesas antes da insurreição. Essa tarefa preparatória é fundamental para que no momento da crise revolucionária a vitória militar seja possível."
> "Nas instruções da III existiam propostas concretas de como desenvolver esse tipo de trabalho que incluíam '*Reivindicações a serem levadas no domínio dos direitos e condições materiais dos soldados: 1) Elevação dos soldos; 2) Melhoria da alimentação; 3)Comissões de orçamento do pessoal; 4)Abolição das penas disciplinares... '* (O trabalho militar revolucionário sobre as forças armadas da burguesia, IOSSIF S. UNSCHLICHT)."

Não há a menor dúvida de que seja necessário dividir as forças armadas da burguesia. No entanto, nesse caso dividir significa desmobilizar, desarticular, com o objetivo de destruir tais forças. É esclarecedor perguntar: qual foi a política do PSTU para "dividir" as forças da burguesia no motim dos bombeiros e nas últimas greves policiais? Pelo contrário, a sua política tem sido de dar "total apoio" e de "unir" os trabalhadores e a polícia. O objetivo dos revolucionários deve ser de esfacelar as forças de repressão (inclusive ganhando setores das forças armadas, nos períodos de crise revolucionária, para lutar ao lado do proletariado) ao mesmo tempo em que as denuncia diante dos trabalhadores, não de "melhorar" a estrutura da polícia ou fazer dela equivalentes fardados dos trabalhadores.

O PSTU cita, inadvertidamente, um teórico da Terceira Internacional dizendo que é necessário levantar demandas pela melhoria das condições dos soldados. Em primeiro lugar, o documento a qual se refere o PSTU, do teórico militar Iossif Unszlicht, foi produzido pela Terceira Internacional já sob domínio stalinista, em 1928. Apesar disso, o texto contém uma série de aspectos corretos, que o PSTU ignora, ou melhor, esconde. As várias melhorias que o PSTU levanta estão alocadas como segundo ponto das reivindicações que, segundo Unszlicht, os revolucionários devem agitar nas forças armadas da burguesia. Elas podem ser úteis para desmobilizar os soldados recrutados por obrigação dependendo de outras demandas e, principalmente, do contexto. Ao ler o texto de Iossif, Eduardo Almeida parece ter "esquecido" o que diz o texto com respeito às tropas profissionais e voluntárias (como é o caso da polícia):

> "Reivindicações a serem levantadas no domínio da organização das forças armadas: (1) Dissolução das forças armadas mercenárias, tropas de quadros e comandos profissionais; (2) Desarmamento e dissolução da polícia civil, da polícia militar e de outras tropas especiais de guerra da burguesia (...)"
> *Trabalho Militar Revolucionário entre as Forças Armadas da Burguesia*, Unszlicht, 1928.

Já que o texto de Iossif parece ao PSTU uma boa inspiração, então ele pelo menos deveria ser mais honesto na hora de explicar as suas lições, e não esconder as partes que estão em total desacordo ao que o partido tem defendido. Depois dessa "manobra", levantam-se algumas outras acusações contra a LER-QI:

> "O outro equívoco completo é atribuir às polícias militares uma composição social diferente das Forças Armadas. A LER esboça uma avaliação de que se pode dividir o Exército porque inclui soldados não profissionais, pelo serviço militar obrigatório. Isso é um erro grave."

Nisso só podemos congratular a LER-QI por ter sanidade o suficiente para perceber que o exército (sobretudo em períodos de crise revolucionária ou guerra) é composto por jovens recrutados da classe trabalhadora e outros setores oprimidos, sem treinamento militar ou lavagem cerebral ideológica e que são recrutados por obrigação (e não por escolha, como a polícia) para dar o sangue em troca dos interesses mesquinhos da burguesia. Se o PSTU ignora essa diferença e acredita que, numa situação propícia, o trabalho dos revolucionários pode acontecer

igualmente na polícia como no exército ou marinha, então vamos torcer para nunca chegar o dia em que o PSTU fará esse tipo de trabalho, pois as suas consequências serão absolutamente desastrosas. Em *História da Revolução Russa*, Trotsky escreveu:

> "Enquanto isso, o desarmamento dos "faraós" [apelido dos policiais russos] se tornou uma palavra de ordem universal. A polícia é o inimigo cruel, implacável, odiado e odiante. Ganhá-los está fora de questão. (...) É diferente com os soldados: a multidão faz todo o esforço para evitar encontros hostis com eles; pelo contrário, procura meios de dispô-los a seu favor, convencer, atrair, fraternizar e se fundir com eles"
> *História da Revolução Russa*, Capítulo 7, 1930.

Nos momentos de crise revolucionária, destruir as forças armadas da burguesia inclui rachar o exército para lutar ao lado dos proletários. Sem isso, dificilmente uma revolução poderá obter sucesso. Nessas situações, junto às demandas de destruição das forças armadas é correto chamar os soldados a combater do mesmo lado dos esquadrões operários, mas ao mesmo tempo em que o exército e a polícia são combatidos e não "apoiados" pelos trabalhadores. Os revolucionários devem ter em mente que isso exige uma situação de crise revolucionária, que isso não irá acontecer sem que os trabalhadores tomem a dianteira e formem a ***suas*** forças organizadas. Rachar um setor da polícia, que opta pela sua função e que é composto em absoluto por repressores profissionais, é uma tarefa que dificilmente será bem sucedida, mesmo em situações assim. As armas da burguesia não são iguais – e os revolucionários não devem ser indiferentes a isso em suas táticas.

Em nenhum momento esse é o conteúdo da política do PSTU. O partido acha que, em qualquer conjuntura, pode (dando "total apoio") "dividir" a polícia. Quem protagonizaria esse racha, para nossa surpresa, não seriam os operários, demonstrando sua força através dos seus destacamentos, mas ele partiria, aparentemente, das próprias forças da burguesia. É cômico que o PSTU acuse a LER-QI de ter uma estratégia "esponteneísta" (por não apoiar a luta dos bombeiros) quando ***em nenhum momento esse partido levantou a demanda das autodefesas ou destacamentos de trabalhadores***.*Isso* é espontaneísmo: esperar que sem o papel ativo e protagonista dos trabalhadores, a polícia se divida.

Se muitos dos argumentos da resposta da LER-QI ao PSTU foram corretos, a postura da primeira também conteve uma proposta bastante incoerente. Num outro texto sobre os bombeiros, ao mesmo tempo em que apontava a posição errada do PSTU, a LER-QI escreveu que:

> "**O PSTU e a Conlutas devem tomar a dianteira para organizar a luta contra a exploração capitalista e a repressão estatal**, o que exige não defender as instituições repressivas, mas combater pela dissolução de todos os órgãos de repressão, pois sua função essencial é defender a propriedade privada e eliminar a possibilidade de luta dos trabalhadores e das massas exploradas**. Os militantes que se consideram combativos do PSOL devem dar um passo adiante para encarar essas tarefas, e isso exige romper com este partido** que cada vez mais avança a passos largos para ser um partido da ordem.
> *Nenhum apoio ao repressor Sergio Cabral nem ao motim dos bombeiros*, site da LER-QI, 5 de junho (ênfase nossa).

Por tudo que foi aqui demonstrado (e também pelo que a própria LER-QI argumentou), é no mínimo curioso que os representantes brasileiros da Fração Trotskista (organização internacional da LER-QI, liderada pelo PTS argentino) chamem o PSTU a liderar uma luta que vai no sentido oposto à própria política do partido. Talvez uma explicação das razões ocultas dessa determinação que a liderança da LER-QI tem para que o PSTU "tome a dianteira" fosse uma tentativa de ganhar os militantes honestos do PSTU contra a política da direção do mesmo partido. Mas isso não foi em momento algum colocado.

Os revolucionários não são indiferentes ao fato de que as organizações centristas (como o PSTU), e mesmo partidos reformistas, possuem contradições internas, muitas à esquerda, e que podem ser resolvidas ganhando largas frações de tais grupos para uma política revolucionária. Mas essa ruptura precisa se dar em algum momento e somente os revolucionários podem cumprir o papel de separar os militantes honestos que são atraídos inadvertidamente para organizações engessadas e aqueles que já estão conscientemente presos a políticas centristas ou ao aparato burocrático do partido. Esse trabalho sem dúvida alguma precisa ser realizado frente ao PSTU e pode ser consideravelmente importante nos primeiros passos da construção de um partido revolucionário, dado o peso e a sua pose aparentemente ortodoxa. Mas o PSTU em si, como partido que existe hoje, afasta os militantes honestos das concepções genuinamente revolucionárias, ao invés de aproximá-los delas. Estes militantes caem numa armadilha ao ver um partido que se diz trotskista e se veste de vermelho, mas cujas políticas são, por inúmeras vezes, descaradamente reformistas.

A liderança da LER-QI possui sérias ilusões no PSTU (e em sua direção) se compreende que esse partido pode ser influenciado por ela e simplesmente passar a cumprir um papel progressivo na luta pela construção da vanguarda comunista. Como em todas as épocas, os revolucionários devem saber separar os elementos mais avançados daqueles que simplesmente se adaptaram ao ritmo ou ao aparato conservador dos partidos centristas. Poderia-se argumentar que pode ser sectário chamar os membros do PSTU a romper com seu partido. Mas inegavelmente esse deve ser o objetivo dos trotskistas diante dos partidos centristas e é preciso explicar pacientemente, e em cada

ocasião, o programa degenerado que domina esses grupos. Além do mais, a própria LER-QI chama, no trecho citado, os militantes combativos do PSOL a romperem, dizendo que, em seu caso, "é preciso dar um passo adiante". Será que não é urgentemente necessário que os "militantes combativos" do PSTU também dêem "um passo adiante"?

Os revolucionários podem resumir em dois os seus ensinamentos. Eles confiam na capacidade da classe trabalhadora de derrubar o capitalismo e inaugurar uma nova etapa na história da humanidade (e, portanto, em sua capacidade de superar seu próprio atraso de consciência) e eles confiam a si próprios o papel de lutar ativamente para vencer a barreira da ideologia burguesa entre os trabalhadores, motivo pelo qual devem combater todos os "traidores da classe" na burocracia sindical governista, nos partidos reformistas e centristas do movimento operário. Numa definição brilhante sobre o revisionismo pablista, a Tendência Revolucionária (precursora da Liga Espartaquista dos EUA) afirmou:

> "A ascensão do revisionismo pablista apontou para a raiz fundamental da crise do nosso movimento: o abandono de uma perspectiva revolucionária na classe trabalhadora. Sob a influência de uma relativa estabilização do capitalismo nos Estados industriais do Ocidente e de um sucesso parcial dos movimentos pequeno-burgueses ao derrubar o poder imperialista em alguns países periféricos, a tendência revisionista dentro do movimento trotskista desenvolveu uma orientação que se distanciava do proletariado e se dirigia às lideranças pequeno-burguesas."
> *Rumo ao Renascimento da Quarta Internacional*, junho de 1963.

Da mesma forma, os revolucionários hoje devem ter como sua audiência favorita a classe trabalhadora e os militantes honestos dentro e fora das organizações de esquerda que também tem essa perspectiva. Em nenhum momento devem se orientar para os aparatos de repressão da burguesia e nem para as lideranças conservadoras dos partidos pseudo-revolucionários que habitam a esquerda.

Notas

[1] Imediatamente após o fim do Estado Novo, através do Decreto de Lei 8660, de janeiro de 1946, os estados da federação receberam autonomia para organizar militarmente os bombeiros e de incorporá-los às suas forças policiais. Já na Ditadura Militar tal incorporação foi aprofundada através do Decreto Lei 667, de julho de 1969, cujo Artigo 26, Parágrafo Único, aplica aos bombeiros militares as mesmas disposições que aos policiais militares.

[2] Declaração feita por José Mariano Beltrame, Secretário Estadual de Segurança do Rio de Janeiro em Brasília em março de 2009, de acordo com o site G1.

[3] Para saber mais, leia nossa carta de ruptura *O Coletivo Lenin é Destruído pelo Revisionismo*.

[4] Como formulado por Nahuel Moreno, uma "revolução de fevereiro" seria uma revolução "socialista" onde as massas são lideradas por partidos não-revolucionários e não possuiriam consciência marxista. Para os morenistas, grande parte da sua tarefa é empurrar os partidos oportunistas para cumprirem tal função, ao invés de lutarem para desmascarar tais líderes traiçoeiros das massas e ganhar os trabalhadores para uma perspectiva revolucionária. Isso leva os morenistas a uma série de adaptações às lideranças existentes no movimento e a verem transformações "revolucionárias" onde elas não aconteceram. Entre algumas das "revoluções de fevereiro" supostamente vitoriosas no Brasil, o PSTU inclui o movimento "Diretas Já!" e o "Fora Collor", que precisamente pelas suas direções adaptadas ao sistema, apesar das grandes radicalizações, mantiveram a estrutura estatal burguesa intacta. As obras de Nahuel Moreno *Teses de Atualização do Programa de Transição* e *Revoluções do Século XX* estão entre as que apresentam tal perspectiva estratégica.

[5] Na edição de 15 de fevereiro de 1971, o periódico da Workers League (*Bulletin*) escreveu sobre a "greve" policial na Cidade de Nova Iorque:

> "O significado de tudo isso é a importância de localizar a recente greve policial de Nova Iorque dentro do panorama geral do movimento da classe trabalhadora e ao mesmo tempo buscar entender o que está por trás deste movimento da classe. Quando o próprio braço repressivo da classe dominante vai à greve, isso não é um fenômeno isolado, mas um reflexo de um movimento muito grande, geral e profundo da classe trabalhadora"
>
> ...
>
> "Nós vamos ver apenas o lado da polícia como braço repressivo do Estado, mas ao mesmo tempo não compreender que os policiais também são empregados do Estado?"
> *Bulletin*, 15 de fevereiro de 1971 (traduzido a partir da versão citada no artigo *Police Militancy vs. Labor*, da Liga Espartaquista).

LRP e ISL Sobre a Revolução em Palestina/Israel

Adoradores do Fato Consumado

Por Samuel Trachtenberg, agosto de 2009

Sob a clara influência da chamada "Primavera Árabe", em outubro e setembro deste ano dezenas de milhares de jovens e trabalhadores israelenses foram às ruas exigir melhorias sociais. Apesar de tal processo necessitar de uma análise à parte, que dê conta de todas as suas especificidades e questões, ele é um claro sintoma da divergência de interesses objetivos entre a burguesia e o proletariado de Israel, ainda que este se mantenha sob a forte e nociva influência da ideologia Sionista. Divergência essa que pode ser canalizada em uma luta revolucionária comum de trabalhadores palestinos e israelenses por uma federação socialista na região, superando tal ideologia burguesa em prol dos interesses da classe trabalhadora.

Frente a isso, publicamos aqui uma polêmica de 2009 que, apesar das suas especificidades, pode ser extendida àquelas organizações brasileiras que negam, formalmente ou não, a necessidade de uma aliança e de uma luta comum entre os trabalhadores de ambas as nações - e que assim acabam por negar os direitos nacionais do povo israelense em favor do palestino, como se o primeiro não tivesse papel algum a cumprir na luta pelo socialismo e pelo fim da opressão nacional.

***

Os apontamentos seguintes, reconstruídos a partir de notas, foram feitos da platéia de um debate da Liga pelo Partido Revolucionário (LRP/EUA) em 18 de agosto de 2009 em Nova Iorque, intitulado "A Crise do Sionismo e as Possibilidades de Revolução no Oriente Médio" e que teve a presença de cerca de 40 pessoas. O palestrante da reunião foi Yossi Schwartz da Liga Socialista Internacional (ISL/Palestina Ocupada e Israel) com quem a LRP parece ter atingido acordo político comum. Os apontamentos e comentário posterior lidam primeiramente com o fato de os dois grupos descartarem a possibilidade de ganhar uma maioria dos trabalhadores israelitas judaicos para uma luta comum com as massas palestinas contra o Estado sionista de Israel. Nós esperamos postar no futuro polêmicas que lidem mais amplamente com outros pontos da posição da LRP e de seus colaboradores na questão do sionismo e da luta palestina. A versão para o português foi realizada pelo Reagrupamento Revolucionário em 2011.

Os revolucionários defendem os palestinos e obviamente se opuseram à fundação do Estado de Israel. Mas depois de seis décadas, seria preciso ser cego para não reconhecer que uma nação de origem israelita judaica (que no atual estágio não pode ser simplesmente classificada como uma ocupação colonizadora) passou a existir e cujos trabalhadores nós devemos ganhar como aliados dos palestinos para podermos travar qualquer luta bem sucedida para derrubar o Estado sionista. Isso só pode ser feito chamando os trabalhadores judaicos a superarem a sua consciência nacional em favor de seus interesses de classe comuns com os trabalhadores palestinos, e não negando os direitos nacionais daqueles. A LRP e a ISL parecem reconhecer isso implicitamente em muitos aspectos, mas a partir da sua insistência em negar essa tarefa aos trabalhadores israelitas, eles são forçados a chegar a conclusões completamente derrotistas.

Nos anos 1960, sob circunstâncias nas quais a classe trabalhadora dos Estados Unidos parecia ser permanentemente conservadora, e quando, durante um breve momento, uma maioria dela parecia se opor aos direitos civis, aos movimentos de liberação da mulher e anti-guerra, a Nova Esquerda a descartou (assim como a classe trabalhadora nos países economicamente desenvolvidos como um todo) como permanentemente vendida. Eles chamavam uma minoria a "abandonar os seus privilégios de pele branca" e projetavam que a maioria se aliaria à reação. E hoje as coisas parecem similarmente sombrias, sem dúvida, com relação à classe trabalhadora israelita para a LRP e a ISL. Os partidários da Nova Esquerda na época abandonaram qualquer perspectiva de uma revolução socialista nativa e adotaram a visão utópica maoísta de que o imperialismo dos Estados Unidos seria derrubado externamente pelas lutas do Terceiro Mundo.

Nas palavras da LRP, ela coloca na sua mais recente declaração *"Após os Massacres de Gaza: O Futuro da Palestina",* de 2 de julho de 2009, que "mais provavelmente, infelizmente, uma minoria" dos trabalhadores israelitas judeus podem ser ganhos para a revolução já que "muitos israelitas judeus prefeririam lutar pela defesa de seus privilégios temporários" reconhecendo que "os palestinos sozinhos não tem sido e não serão capazes de derrotar Israel" e concluindo que "Nós não podemos prever exatamente que formas as lutas revolucionárias vão tomar no Oriente Médio". Em outras ocasiões e contextos (talvez antes de ganhar colaboradores israelitas cuja existência eles precisariam justificar) a LRP foi menos ambígua ao declarar que o Estado sionista será derrubado externamente por uma ou várias revoluções socialistas regionais vitoriosas, provavelmente lideradas pela classe trabalhadora egípcia.

Enquanto uma revolução socialista nativa feita pelos trabalhadores israelitas e palestinos seja preferível, deve-

Manifestantes judeus e árabes se unem em protesto em outubro desse ano, em Tel Aviv (Jornal do Brasil Online)

se reconhecer que é uma possibilidade, de fato, que uma revolução socialista que derrube o Estado sionista tenha que ser, afinal, imposta de fora sem o apoio da maioria dos trabalhadores judaicos. Não devemos nos opor se for esta a saída no final.

Mas reconhecer que isso é uma possibilidade, ao mesmo tempo em que não diz aos revolucionários palestinos e israelitas o que eles devem fazer nesse meio tempo, a não ser talvez esperar passivamente que os trabalhadores árabes em seus países venham ao seu resgate? (E o chamado da LRP e da ISL por uma "Revolução dos Trabalhadores Árabes" deixa de fora não apenas os israelitas judeus, mas também os curdos, berberes, armênios e muitos outros grupos não-árabes na região). Está faltando nesse esquema qualquer tipo de estratégia revolucionária ativa.

Comentário Posterior

Desesperança sobre as capacidades revolucionárias da classe trabalhadora nos países capitalistas economicamente avançados foi a base política não apenas da Nova Esquerda, mas também do abandono stalinista da revolução mundial para construir o "socialismo num só país" e de todas as suas traições que daí partiram. Essa também foi a base política implícita do pablismo, que por vezes também descartou a classe trabalhadora dos países do Terceiro Mundo nesse processo, baseado em noções similares. Às vezes esse raciocínio se tornava mais explícito, como num artigo da Quarta Internacional de maio-junho de 1962, escrito por Michel Pablo, que cita Frantz Fanon de maneira aprovadora, dizendo que o proletariado do Terceiro Mundo

> "'(...) está entre as camadas mais protegidas do regime colonial. O proletariado embrionário das cidades é relativamente privilegiado. Ele representa uma fração do povo colonizado, necessário e insubstituível para o funcionamento eficiente do aparato colonial – condutores de trens, motoristas de taxi, mineiros, estivadores, intérpretes, trabalhadores da saúde, etc. Esses são os elementos que constituem a camada mais leal dos partidos nacionalistas e que, do lugar privilegiado que ocupam no sistema colonial, constituem a fração 'burguesa' do povo colonizado. '"
>
> Pablo comenta que
>
> "A análise que Fanon faz do papel do proletariado urbano pode parecer exagerada para um marxista europeu; mas com restrições, ela se 'encaixa' bem àqueles países com um fraco desenvolvimento industrial."

É claro que a LRP e a ISL argumentariam que se opõem ao stalinismo, à Nova Esquerda e ao pablismo. Eles argumentariam que não descartam a classe trabalhadora dos Estados Unidos ou a classe trabalhadora dos países

Manifestante segura placa "Mais um judeu contra o sionismo - Não ao terrorismo de Israel!" (blog Richard Millett)

capitalistas avançados, e que a sua análise é específica para a classe trabalhadora de Israel. Mas eles também tendem a resumir o que é, em última instância, um apoio autodestrutivo da classe trabalhadora israelita ao sionismo, a questões de privilégio econômico (sendo um tanto cegos com relação a outros fatores envolvidos, como o trauma histórico devido à opressão passada e os horrores do holocausto, o medo de uma represália nacionalista árabe, a desesperança a respeito da solidariedade internacionalista com base na história das traições stalinistas, etc.). Mas enquanto é verdade que a classe trabalhadora israelita é significativamente privilegiada em relação aos palestinos, a classe trabalhadora dos EUA é significativamente mais privilegiada do que a classe trabalhadora israelita e do que a da maior parte dos países por sinal. No artigo escrito em uma das suas muitas encarnações políticas anteriores, o camarada Schwartz corretamente percebeu que:

> "É possível, é claro, culpar a classe trabalhadora judaica, sustentar que é interesse dos trabalhadores servir ao sionismo. Mas nós dizemos que a classe trabalhadora judaica, assim como todas as outras frações da classe trabalhadora, tem apenas um interesse: revolução proletária."
> "Sobre a Primeira Guerra Árabe-Israelense"
> Workers Vanguard [jornal da Liga Espartaquista/EUA], janeiro de 1974

Ao invés de resumir o apoio judeu ao sionismo a privilégios (que sem dúvida é um, mas apenas um dos fatores), o seu artigo ecoava a declaração de Trotsky, n'*O Programa de Transição*, de que em última análise "a crise histórica da humanidade se reduz à crise de liderança proletária":

> "A explicação para o controle sionista não está nos interesses da classe trabalhadora judaica, mas na sua posição organizativa, sua falta de qualquer preparação ou lutas independentes. E a responsabilidade por essa situação pertence ao Partido Comunista."

De um ponto de vista um pouco variado e em graus diferentes, é claro, a rejeição da ênfase de Lenin e Trotsky na centralidade da liderança revolucionária, a "questão do partido", é de fato um dos elementos que

a LRP e a ISL tem em comum com os pablistas. Ambas a LRP e a ISL rejeitam explicitamente o argumento de Lenin em *"O que Fazer?"* de que a consciência revolucionária/marxista deve se infiltrar através de uma luta para dentro da classe trabalhadora, contra a enorme quantidade de ideologias falsas/burguesas existentes, via um partido de vanguarda. Os neo-economicistas e movimentistas contemporâneos preferem embelezar a realidade em favor de uma imagem admitidamente mais consoladora e impaciente de uma classe trabalhadora espontaneamente revolucionária. Embelezar a trágica realidade da atual consciência atrasada dos trabalhadores israelitas judaicos é, obviamente, algo muito mais difícil de fazer (para não mencionar que atrapalha uma adaptação oportunista ao que é, atualmente, uma consciência árabe nacionalista, não marxista, ainda que certamente mais receptiva). Mas um dos fatores por trás da necessidade de um partido revolucionário é precisamente o fato de que as lutas das várias camadas das massas oprimidas tendem a ser setoriais (quer seja ao fazer uma greve contra um patrão em particular, ou se organizar contra a brutalidade racista da polícia numa comunidade específica, ou travando lutas contra um tipo imediato de opressão, etc.) e a sua consciência política e compreensão tendem, portanto, a ser setorialistas, refletindo os seus interesses mais imediatos, em oposição aos seus interesses históricos, internacionalistas e classistas.

Unir as lutas dos variados setores da classe trabalhadora e oprimidos (nacionalmente e internacionalmente) é o trabalho do partido revolucionário, infiltrando a compreensão de seu interesse comum em atacar a raiz capitalista da sua opressão. Essa compreensão teórica necessária sobre o funcionamento da sociedade capitalista (o tema central de *"O que Fazer?"* é que não pode haver movimento revolucionário sem teoria revolucionária, ou seja, marxista) e os meios necessários para derrubá-la, de fato, não surgem espontaneamente.

Mas se a classe trabalhadora não pode entrar numa batalha bem sucedida pelo poder espontaneamente, ela pode desde que exista uma liderança revolucionária. A rejeição desse entendimento só pode levar a um fatalismo objetivista, geralmente pessimista, embora às vezes de uma variante "otimista" baseada em seguir as massas. Ambas as atitudes impedem a possibilidade de uma luta bem sucedida da classe trabalhadora pelo poder.

Em *A Revolução Traída*, Trotsky descreveu aqueles com atitudes fatalistas como "adoradores do fato consumado", notando que "quem quer que cultue o fato consumado é incapaz de se preparar para o futuro". Tendo desesperança a respeito da atual consciência recuada dos trabalhadores israelitas judaicos, a LRP e a ISL se esquecem do bordão de Marx sobre a realidade, de que "a questão é transformá-la".

Descartar efetivamente a possibilidade de liderar os trabalhadores palestinos e judaicos numa luta conjunta pelo poder de Estado põe grandes contradições para a ISL em relação ao seu propósito declarado de existência. James P. Cannon também descreveu o dilema da ISL em *Os Primeiros Dez Anos do Comunismo Americano*:

> "A stalinização do partido foi na verdade o resultado final de um processo de degeneração que começou durante o longo *boom* dos anos 1920. A prosperidade prolongada daquele período, que foi tomada como se fosse permanente pela grande massa do povo norte-americano e todas as classes, não deixou de afetar o próprio Partido Comunista. Ela amaciou os quadros de liderança do partido e minou a sua confiança original nas perspectivas de uma revolução neste país. Isso os preparou, no fim, para uma aceitação fácil da teoria stalinista de 'socialismo num só país'."
>
> "Para aqueles que aceitaram essa teoria, a Rússia, como o 'país escolhido' da revolução vitoriosa, se tornou um substituto para a revolução norte-americana."
> (...)
> "O que aconteceu com o Partido Comunista aconteceria sem dúvida a qualquer outro partido, incluindo o nosso próprio, se ele abandonasse sua luta por uma revolução social neste país como uma perspectiva realista para nossa época, e se degenerasse ao papel de um simpatizante de revoluções em outros países."

A lógica de tal perspectiva pode levar a ISL a percorrer o caminho e se tornar uma versão israelita do lamentável e recentemente morto Movimento Internacionalista Maoísta (embora sem dúvida bem mais inteligente e menos psicótica), se não a categoria mais comum de ativista de solidariedade reformista ou economicista sindical como os Partidos Comunistas. Na palestra, os apoiadores da LRP e da ISL responderam que eles não defendiam construir o "socialismo em um só país". De fato, ninguém pode construir o socialismo num só país, seja ele Israel ou qualquer outro. A vitória das lutas revolucionárias numa escala mundial é um pré-requisito para isso. Mas isso [que faz a LRP] é confundir a questão de construir o "socialismo num só país" com a necessidade de liderar a classe trabalhadora numa luta para tomar o poder de Estado, no contexto de um enfrentamento pela revolução mundial.

Trotsky resumiu o dilema da ISL bem ao resumir a perspectiva dos "adoradores do fato consumado" em *A Revolução Traída*:

> "Na realidade, nossa disputa com os Webbs não é sobre a necessidade de construir fábricas na União Soviética e empregar fertilizadores minerais nas fazendas coletivas, mas se é ou não necessário preparar uma revolução na Grã-Bretanha e como isso deve ser feito. Sobre esse assunto, os experimentados sociólogos respondem: 'Nós não sabemos'."

☭

Derrota para os Trabalhadores na Líbia

Combater o Governo do Conselho Nacional e o Imperialismo!

Declaração publicada em setembro de 2011

Kadafi foi um tirano que oprimiu a classe trabalhadora da Líbia por mais de quatro décadas. Sob a fachada de algumas nacionalizações progressivas contra a burguesia imperialista na década de 1970, enganou os operários e oprimidos e garantiu a manutenção do capitalismo no país sob as formas mais brutais. Após a década de 1980, alargou seus laços com os países centrais do capitalismo, sobretudo a Itália, e removeu passo a passo até as pequenas medidas progressivas que havia realizado. Apesar disso, sua derrota por uma coalizão dominada por setores da burguesia nacional – o Conselho Nacional de Transição (incluindo líderes tribais, monarquistas e militares anteriormente aliados a Kadafi) – e o poderio militar da OTAN (organização militar dos países imperialistas) foi uma derrota para os trabalhadores.

Os trabalhadores não poderiam ter nenhuma segurança com Kadafi. Era necessário preparar a cada momento a sua derrubada revolucionária, que poderia criar um governo operário revolucionário de liberdade, encerrando as condições de pobreza e exploração do povo, e de igualdade, principalmente para as mulheres de um país que era, e continua sendo, marcado pela opressão. Entretanto, e apesar das ilusões de muitos dentro e fora da esquerda, o governo que agora vai dominar a Líbia nada tem a ver com isso, muito pelo contrário. É um governo com laços próximos aos países que exploram a Líbia, um governo que não mediu esforços (sacrificando a população) em busca de seus próprios interesses mesquinhos de exploração dos trabalhadores, quando chamou a OTAN a intervir militarmente no país. A vitória do CNT sob a tutela da OTAN vai intensificar a exploração imperialista sobre a Líbia e manter a opressão às mulheres e outros setores.

Era papel dos revolucionários na Líbia e nos outros países desde o começo quebrar as ilusões nesse Conselho. O movimento de massas que ele passou a dominar deveria encarar a sua liderança, programa e trajetória reacionários – concluindo, assim, que as promessas do CNT por democracia não mereciam confiança alguma. Os trabalhadores não deveriam lutar do mesmo lado que os setores militares, tribais e monarquistas que tomaram metade do país e se enfrentavam com Kadafi desde fevereiro. Apoio ao CNT quando este tomou o poder em Bengasi (e outras cidades do Leste do país) seria uma traição contra a classe proletária. Essa era uma guerra civil entre frações equivalentes da burguesia líbia, cada uma dominando parte do país e onde a defesa da classe trabalhadora não estava associada a tomar o mesmo lado militar de algum dos combatentes. Era uma luta, portanto, que não dizia respeito aos proletários, os quais deveriam lutar por uma via classista.

Com o apoio militar dos países imperialistas ao Conselho Nacional Transitório a partir de meados de março, a situação mudou. Tornou-se necessário formar um bloco tático entre o movimento dos trabalhadores e os setores burgueses do governo de Kadafi que fossem contra o ataque imperialista, que tinha o interesse de impor uma opressão qualitativamente maior sobre os trabalhadores do país. O objetivo imediato dos revolucionários era vencer o bloco CNT/OTAN, mas isso não mudava a sua perspectiva de preparar a derrubada de Kadafi ao mesmo tempo em que a ameaça imperialista era vencida. Em suas táticas, os revolucionários jamais devem colocar de lado a luta pelo socialismo. Os trabalhadores revolucionários na Líbia deveriam dizer: ***"Não vamos deixar os imperialistas derrubarem Kadafi, porque isso é tarefa nossa!"***.

Os setores amplos da esquerda que consideram a vitória do CNT (em razão de uma base de massas possuir ilusões em suas promessas) como uma vitória dos trabalhadores, enganam cruelmente a vanguarda que se reivindica revolucionária. Como se não fosse suficiente dar apoio a uma insurreição liderada pela burguesia reacionária da Líbia, esses demagogos ignoram o fato de que essa "vitória dos trabalhadores" foi apoiada pelo imperialismo. Invertem a lógica da luta de classes e passam a defender que o imperialismo pode ser um aliado na luta dos trabalhadores. Os revolucionários, porém, tem a tarefa de dizer a verdade por mais amarga que ela possa ser. Somente assim podemos ser coerentes diante das tarefas que se colocam diante de nós na luta pela revolução proletária.

Relato de um Participante

O Movimento Estudantil na UFRJ e a Confiança na Burocracia Acadêmica

Por Leandro Torres, setembro de 2011

O artigo a seguir constitui o relato de um de nossos militantes sobre as recentes mobilizações e lutas ocorridas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Reagrupamento Revolucionário esteve presente durante todo o processo, buscando através das intervenções de seus militantes fazer avançar a consciência dos estudantes envolvidos, rumo a um movimento estudantil de caráter realmente combativo e classista. O presente relato é essencial para um entendimento da realidade política existente no movimento estudantil, ainda mais levando em conta que a UFRJ passa por um processo eleitoral para a entidade representativa dos estudantes.

Nas três primeiras semanas de setembro, a UFRJ passou por um processo de considerável mobilização que levou para a luta centenas de estudantes e penetrou nos mais diversos cursos. Esse processo começou no campus da Praia Vermelha, onde o fechamento de um restaurante privado fez com que os estudantes, através de seus Centros Acadêmicos e do Diretório Central de Estudantes (DCE), se movimentassem em torno da luta pela construção de um restaurante universitário no local. No ápice dessa mobilização, ocorreu um ato-almoço como forma de demonstrar a necessidade por alimentação barata e assistência estudantil. A palavra de ordem central do ato foi *"Bandejão no Fundão, na PV porque não?"*.

Com a repercussão do ato na Praia Vermelha, o DCE foi capaz de realizar um novo protesto na mesma semana, dessa vez no Conselho Universitário (CONSUNI). Compareceram cerca de 200 estudantes, que exigiram uma série de medidas que foram além da abertura de um bandejão na Praia Vermelha – bandejões nas demais unidades isoladas, creche para mães universitárias e reformas nas instalações físicas da universidade. Frente à mobilização dos estudantes, a Reitoria suspendeu a sessão de forma autoritária.

Esse tipo de autoritarismo é algo que os estudantes devem esperar sempre que suas demandas forem divergentes dos projetos da Reitoria, pois o CONSUNI é um órgão nada democrático, composto em sua imensa maioria por professores comprometidos com os projetos do governo Dilma para a educação e que tem estudantes e funcionários em número bem menor de representantes. Para piorar, os conselheiros não são eleitos por sufrágio universal entre todos os setores de universidade **[1]**.

Porém, como veremos adiante, os principais grupos políticos que atuam no movimento estudantil da UFRJ e que compõem a atual gestão do DCE, por mais que reproduzam esse discurso de não-confiança no CONSUNI, acabam na prática por se adaptar aos limites que sua estrutura "aristocrática" impõe às lutas, impedindo a aprovação de demandas de caráter mais avançado.

Diferente de tais forças, nós defendemos uma alternativa real a este órgão que cumpre a função essencial de ser um braço do governo (e dos empresários) dentro da universidade:***nenhuma confiança no CONSUNI, pelo controle da universidade através de órgãos dos estudantes e trabalhadores (funcionários efetivos e terceirizados e professores)!*** Esses setores são não só a maioria na universidade, mas também os mais interessados em um ensino de qualidade e acessível para os filhos da classe trabalhadora. Apenas quando a universidade for controlada por eles é que será realmente popular!

Um ascenso contra a precarização do ensino...

Após esta primeira investida, a Reitoria decidiu convocar uma sessão extraordinária do Conselho para a semana seguinte, voltada para discutir as demandas apresentadas pelos estudantes. Nessa segunda sessão, os estudantes compareceram em massa, em uma verdadeira demonstração de força que levou mais de 500 ao prédio da reitoria – quantidade que há muito não se via mobilizada dentro da UFRJ.

Passamos atualmente por um momento politicamente rico em várias partes do mundo, no qual setores da juventude e da classe trabalhadora têm saído às ruas contra ataques aos seus direitos e empregos, contra ditaduras que perduram há décadas e contra a sociedade extremamente desigual em que vivemos, onde alguns poucos patrões têm tudo e uma esmagadora maioria de trabalhadores e jovens precarizados não têm nada. E esse momento de intensa mobilização não se restringe à Europa ou a alguns países do "mundo árabe". Também no Brasil temos visto importantes lutas sendo travadas, como a dos operários do PAC em Jirau, Pecém e Pernambuco. Em nossa própria cidade, a combativa greve dos educadores estaduais, e a recente ocupação estudantil da reitoria da UFF mostram que a luta é possível e necessária.

Constantemente bombardeados por notícias sobre mobilizações, muitos estudantes se dispuseram a deixar o campo do sonho e das reclamações vazias e adentrar a realidade, se organizando e lutando por uma educação de qualidade. Assim, vimos se espalhar pela UFRJ um intenso clima de mobilização e politização, que no segundo ato no CONSUNI demonstrou a disposição da juventude universitária em se movimentar, principalmente entre os calouros, que tiveram então uma primeira experiência com o movimento estudantil e que estavam presentes em peso.

Se tivesse sido levado até as últimas consequências, esse ascenso localizado poderia ter cumprido um importante papel de intensificar as mobilizações estudantis da cidade, que desde 2008 vêm sofrendo de uma paralisia que só fortalece os poderosos: quantos cortes, por exemplo, já

Sala do Conselho Universitário, tomada por estudantes no primeiro ato (Facebook)

não sofreu o passe estudantil dos secundaristas devido à incapacidade do movimento de se mobilizar?

E tal ascenso, como demonstra um documento de reivindicações formulado pela base dos estudantes, foi muito além da proposta inicial do DCE, de uma luta cujo centro era a construção de um bandejão na Praia Vermelha. Através de uma assembleia realizada com os estudantes presentes após a primeira sessão, além de outras reuniões ocorridas na semana que se seguiu, o DCE teve que preparar um extenso documento que condensava as principais reivindicações por assistência estudantil e ensino de qualidade. Entre elas constavam propostas bastante avançadas colocadas pelos diversos grupos que se encontram à esquerda da atual gestão do DCE – composta majoritariamente por simpatizantes e militantes do **PSTU** e do **Enlace/PSOL**, e que tem estado na direção desde 2007.

Destacamos as demandas de fim do vestibular e livre acesso à educação superior, efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados da universidade e utilização apenas de mão de obra concursada, além da possibilidade de uso da creche e dos próprios bandejões por esses trabalhadores, extremamente precarizados e sem direitos. Também a construção de bandejões em todos os campi abertos em tempo integral e reajuste das bolsas de assistência estudantil para o valor de um salário mínimo. Propostas, portanto, capazes de dar um passo a frente na luta pela "educação pública, gratuita e de qualidade", sem mão de obra precarizada e aberta aos filhos dos trabalhadores. Propostas que, obviamente, não seriam aprovadas de bom grado pela burocracia da universidade que controla o CONSUNI, menos ainda pelos **lacaios do governo Dilma/PT** que dominam a Reitoria.

A quantidade de propostas nesse documento de quase 15 páginas demonstra a precariedade do ensino público, que vem sofrendo constantes ataques por parte do governo do PT em aliança com os empresários. Com a força concentrada que tinha no momento do segundo ato, o movimento estudantil da UFRJ poderia ter arrancado muitas conquistas do CONSUNI e da Reitoria, porém não foi o que aconteceu.

... mas um ascenso que foi traído pela adaptação à burocracia acadêmica

Assim como fizeram na primeira sessão diante da força e da mobilização dos estudantes, os conselheiros, comprometidos com a Reitoria, suspenderam a segunda sessão e se retiraram do local. Muitos alegaram como desculpa para tal suspensão um forte sentimento de "insegurança", já que a sala do Conselho estava completamente abarrotada de estudantes gritando palavras de ordem e exigindo que suas demandas fossem aprovadas imediatamente. Porém esses conselheiros não tinham nada a temer – o tempo inteiro os próprios representantes do DCE no CONSUNI pediram para que os estudantes se acalmassem, pois seria fundamental "garantir a sessão", ou seja, garantir que ela não fosse suspensa, para assim poderem tentar colocar sob aprovação o documento com as demandas.

Com a suspensão da sessão, organizou-se uma grande assembleia entre todos os lutadores presentes, para decidir os rumos da mobilização. Nesse momento, os porta-vozes do **Coletivo Levante** e da **direção majoritária da ANEL** (ligados respectivamente ao Enlace/PSOL e ao PSTU) fizeram falas que defendiam a necessidade de se "retomar" a sessão, e isso depois dos conselheiros já terem até mesmo saído do prédio, fugindo da avalanche estudantil! Outras forças políticas, como o **Movimento Correnteza**, composto por militantes do **PCR** e independentes, foram pelo mesmo caminho, tentando apaziguar os ânimos e defender a necessidade de se retomar a sessão suspensa.

Graças à desorganização proposital imposta à assembleia pelas lideranças do DCE, os grupos de oposição à esquerda da atual gestão não conseguiram falar para defender que a tarefa colocada pelas circunstâncias era aprovar que se realizasse uma ocupação como forma de arrancar o máximo possível de conquistas das mãos da Reitoria. Apesar de não terem conseguido defender essa proposta, o coro de vozes que por vezes gritou **"Ocupa, ocupa!"** deixou clara a disposição dos estudantes e a única forma como eles viam ser possível garantir conquistas: ocupando!

Como sintoma da radicalização dos lutadores presentes, alguns representantes do bloco de apoio ao governo Dilma (PT/PCdoB) eram hostilizados após suas falas com vaias e protestos, pois defendiam abertamente que os estudantes deveriam tentar chegar aos seus objetivos "negociando" com o antidemocrático Conselho Universitário, dominado pela burocracia estatal-acadêmica que apoia tal governo.

Porém, em uma aparente contradição com sua identidade de "oposição de esquerda" a Dilma, as três forças citadas (Levante, ANEL e Correnteza) também preferiram apostar suas fichas em chamar de volta o CONSUNI, ao invés de aproveitar a justa raiva dos estudantes e realizar uma ação combativa e direta, que poderia ter combinado demandas de estudantes e trabalhadores em um forte movimento. Assim, a reação desses grupos de "oposição" a Dilma foi muito mais parecida com os defensores

do governo do que eles gostariam de admitir: buscar conseguir conquistas através de um fórum da burocracia acadêmica ao invés de confiar inteiramente na mobilização dos estudantes e na aliança com os trabalhadores. Diferente desses grupos, para nós a oposição a governos e reitorias não se faz só com palavras, mas com atos. E naquele momento, o ato necessário de uma oposição consequente era ocupar a reitoria para arrancar conquistas.

A sequência de falas de militantes do Enlace, PCR e PSTU (para não falarmos dos defensores do governo e da Reitoria) cumpriu um nefasto papel de quebrar a disposição dos lutadores, espalhando ilusões no CONSUNI e na possibilidade de se obter vitórias profundas através desse fórum pertencente à burocracia universitária. Como resultado, após quase duas horas de uma infrutífera assembleia, cerca de um terço dos presentes já havia abandonado o local, descrentes de que aquilo chegaria a algum lugar.

Confiar nos estudantes ou na aristocracia da universidade?

Após mais algum tempo de assembleia, chegou um documento da Reitoria, entregue a uma comissão de negociação que não foi eleita por fórum algum, sendo formada pelos dirigentes das correntes que compõem a gestão do DCE. Tal documento não possuía praticamente nada de concreto, apenas uma série de propostas abstratas, sem prazo algum, sem orçamento, sem nada – apenas promessas vazias. Mas mesmo assim, os dirigentes do DCE resolveram colocar tal documento para aprovação da assembleia, alegando que bastava realizarmos “adendos” a ele. Ou seja, jogaram pela janela o documento aprovado pela base do movimento estudantil em uma série de fóruns democráticos e aceitaram negociar as propostas rebaixadas da Reitoria. Mais uma vez, graças principalmente aos grupos de oposição à esquerda do DCE, incluindo o **Reagrupamento Revolucionário**, a proposta aprovada na assembleia incluiu demandas avançadas, que ressaltaram inclusive a necessidade de combate à precarização do trabalho terceirizado que existe em larga escala na UFRJ.

Ao final do processo de modificação do documento da Reitoria, muitos estudantes já estavam visivelmente abatidos pelo cansaço. Quando finalmente foram aprovados todos os adendos, menos da metade da quantidade de estudantes que havia no início permanecia no local. E não podemos de forma alguma criar mitos para justificar esse esvaziamento. Ele ocorreu por um motivo muito simples: as principais forças políticas que atuam no movimento estudantil da universidade preferiram confiar nos fóruns da burocracia acadêmica ao invés de confiar na força dos estudantes ali presentes.

Adiou-se para mais uma semana a apreciação das demandas estudantis por parte do CONSUNI, ***quando elas poderiam ter sido arrancadas através de uma ocupação que podia ter começado com 500 e terminado com milhares***. Graças à sua adaptação à ordem, as forças políticas mencionadas fizeram o jogo da Reitoria, de adiar e adiar as votações, desmobilizando assim a base do movimento e até mesmo quebrando sua confiança no caminho da luta.

O discurso dos dirigentes do DCE era de que, adiando mais uma semana as votações, os estudantes poderiam comparecer em peso ainda maior e forçar o CONSUNI a aprovar mais demandas. Mas a realidade falou mais alto. Na semana seguinte estavam presentes tão poucos que, se chegaram a 200, número do primeiro ato, foi muito. Para piorar, as lideranças do DCE ainda acataram ao “pedido” dos conselheiros de não ter muitos estudantes dentro da sala do Conselho, dividindo assim os (já pouco) presentes em dois grupos, um menor do lado de dentro e outro maior do lado de fora, puxando palavras de ordem e **assistindo à sessão através de uma TV!**

Resultado: não se aprovou praticamente nenhuma das demandas dos estudantes. Entre as poucas vitórias conseguidas chamamos atenção para aquela que mais tem sido alardeada pelo DCE como uma conquista “histórica”: o investimento de uma verba sobressalente para a construção de bandejão na Praia Vermelha – muito diferente, portanto, de “bandejão em todos os campi” **[2]**. Também foi importante a conquista de utilização dos bandejões existentes no período noturno. Infelizmente todo o restante das “conquistas” conseguidas contra a Reitoria é baseada em promessas abstratas, sem prazo e sem previsão de verbas.

Aliás, falar em uma “vitória histórica” (como tem feito o DCE) diante de tão poucas conquistas reais **[3]** nada mais é do que mascarar a falta de sucesso em conseguir mais conquistas frente à Reitoria. O fracasso em obter as demandas estudantis mais avançadas foi imposto pelas lideranças estudantis que, completamente adaptadas à lógica do CONSUNI, cumpriram o nefasto papel de desmobilizar mais de 500 estudantes, em sua maioria dispostos a ocupar a reitoria. Hoje os representantes do DCE nos dizem, respondendo aos nossos questionamentos, que não havia “correlação de forças” para uma ocupação. Parece que os conselheiros que literalmente ***fugiram*** dos estudantes no segundo protesto tinham uma opinião bem diferente!

Por último, importantes demandas que tinham como centro a aliança entre trabalhadores e estudantes foram completamente deixadas de lado pelo DCE no momento final, sendo completamente “esquecidas” no boletim publicado pela entidade, tais como a equiparação de todas as bolsas (e seus posteriores reajustes) ao salário mínimo, a imediata efetivação de todos os terceirizados da universidade e a utilização exclusiva de mão de obra concursada no futuro, além da utilização gratuita dos bandejões e creches pelos terceirizados e demais trabalhadores.

É de extrema importância dizermos que, ao aprovar a construção de bandejões sem impor à Reitoria que não se utilize mão de obra terceirizada nos mesmos, faz com que a vitória (parcial) dos estudantes se expresse em ataques futuros para muitos trabalhadores e trabalhadoras pobres, que se vêm forçados a se submeterem cotidianamente às

precárias e opressivas condições do trabalho terceirizado.

Diferente dos conselheiros discentes no CONSUNI, diferente do Enlace/PSOL, do PCR e do PSTU, nós do **Reagrupamento Revolucionário** confiamos não na burocracia universitária e em seus fóruns/métodos, mas sim na intensa mobilização dos estudantes e da juventude em geral e em seus métodos de luta, em uma estreita aliança com a classe trabalhadora, dentro e fora da universidade. Confiamos não em meia dúzia de "iluminados" ou de conselheiros, mas nas assembleias da base do movimento e no seu potencial combativo. Foi essa a mensagem que buscamos passar aos mais de 500 lutadores que se dispuseram a ser realistas e exigir o "impossível".

Fazemos aqui um chamado a todos aqueles que concordam com nossa avaliação a somarem forças pela aliança operário-estudantil como meio de conquistarmos uma universidade verdadeiramente popular!

Notas

[1] O CONSUNI é composto por 27 representantes docentes, 5 representantes dos funcionários e 5 representantes discentes, 14 conselheiros que são automaticamente empossados por comporem a Reitoria e demais cargos de direção dentro da estrutura universitária, além de 2 representantes dos governos estadual e municipal.

[2] Sobre os restaurantes universitários, temos que ter clareza da total insuficiência desses R$4 milhões, uma vez que apenas as obras de *complementação* do Bandejão Central custaram 8 milhões de reais (!).

[3] Entre as concessões consideravelmente abstratas feitas pela Reitoria encontram-se, por exemplo, a possibilidade de utilização da creche dos servidores por mães estudantes, a expansão do número de bolsas e o reajuste de seu valor, a expansão dos bandejões e do alojamento estudantil. É importante ressaltar que nenhuma delas possui determinação de prazo ou verba para implementação.

Saguão da Reitoria abarrotado de estudantes durante o segundo ato: não havia correlação de forças para uma ocupação? (Facebook)

Coletivo Lenin sobre James Cannon

Revisando a História do Trotskismo

Por Rodolfo Kaleb, outubro de 2011

Esta é uma resposta a erros factuais, às vezes conscientemente desonestos, do Coletivo Lenin sobre a história do trotskismo e da Liga Espartaquista dos Estados Unidos (organização cujas posições e história de luta contra o revisionismo pablista nós defendemos até o fim da década de 1970) presentes em um comentário no blog Nova Dialética *e reproduzido no blog do próprio Coletivo. O comentário foi feito após uma postagem (não reproduzida aqui) sobre a importância histórica e a figura política de James Cannon, um veterano trotskista norte-americano e quadro fundador a Quarta internacional que cumpriu também um papel progressivo nos primeiros anos da luta contra o revisionismo de Michel Pablo e Ernest Mandel.*

Comentário do Coletivo Lenin

O Cannon foi uma figura fundamental em toda a história do trotskismo.

Foi ele que, no começo da Segunda Guerra, lutou contra a fração de Schatman, no SWP (Partido Socialista dos Trabalhadores), a seção americana da Quarta Internacional. A fração defendia que a URSS era um nova sociedade de classes e, por isso, não deveria ser incondicionalmente defendida contra a restauração do capitalismo.

O SWP, com Cannon como membro da direção, lutou contra o macartismo, inclusive defendendo militantes do PCUSA que fizeram espionagem para a URSS.

Em 1953, Cannon escreveu a "Carta Aberta aos Trotskistas do Mundo Inteiro", onde denunciou a linha da direção da Quarta Internacional, que achava que

os PCs do mundo inteiro poderiam cumprir um papel revolucionário.

A crítica de Cannon foi certa (pra ter uma ideia, uma minoria da Quarta Internacional rompeu em 1954 e se dissolveu dentro dos PCs), mas ele errou ao romper com a internacional e criar o Comitê Internacional, com os grupos de Lambert e Healy.

As duas organizações estavam totalmente adaptadas à socialdemocracia (Healy dentro do Partido Trabalhista inglês e Lambert, na central pelega Force Ouvrière) e, na verdade, por trás das críticas estava a stalinofobia (ou seja, elas consideravam que o stalinismo era completamente contrarrevolucionário e que, portanto, qualquer movimento contra o stalinismo seria progressivo). Ou seja, capitulavam ao clima anticomunista do primeiro mundo.

Como prova que o SWP era ainda uma organização saudável, ele logo saiu dessa canoa furada. Em 1956, depois do posicionamento fundamentalmente igual do Comitê Internacional e da Quarta Internacional sobre a revolução antiburocrática na Hungria, Cannon e Peng Shu-tse (da seção chinesa) começam a lutar pela reunificação dos trotskistas.

Essa reunificação acontece em 1963, formando o SU (Secretariado Unificado da Quarta Internacional). Infelizmente, a autocrítica do pablismo foi parcial (Pablo sai do SU em 1964), e não impediu que se repetissem as mesmas concepções centristas. Tanto Cannon como a maioria do SU, dirigido por Ernest Mandel, consideram a direção cubana como revolucionária e trotskista inconsciente.

Por isso, a reunificação de 1963 foi uma puta (sic) de uma ***oportunidade perdida***.

A Liga Espartaquista surgiu nessa época, lutando contra a posição sobre Cuba. Infelizmente, eles repetiram o mesmo erro de Cannon na época da Carta Aberta, e foram para o Comitê Internacional. Depois de serem expulsos de lá, criaram a sua própria corrente internacional, cada vez mais sectária e sempre capitulando ao stalinismo (por exemplo, não condenaram a invasão da Tchecoslováquia pela URSS em 1968).

Depois disso, Cannon continuou lutando pela fusão entre todas as correntes revolucionárias, como ele defendeu em “Novas Forças Revolucionárias estão Emergindo” (1962). Dentro do SU, ele combateu, junto com Moreno, a política de luta armada imediata na América Latina, que levou à destruição de várias seções. Infelizmente, mesmo a posição sobre a luta armada estando certa, tanto o SWP quanto o PST de Nahuel Moreno fizeram as críticas a partir de um ponto de vista muito próximo do social-pacifismo, refletindo as concepções centristas que já prevaleciam neles.

Resumindo: mesmo com todos os erros, James Cannon foi um grande revolucionário. A maior prova disso é que mesmo as correntes que romperam com o SWP quando ele estava na direção, como a Liga Espartaquista e o Partido da Liberdade Socialista (fundado por Clara e Dick Fraser), mesmo fazendo várias críticas (algumas corretas), se reivindicam cannonistas.

Crítica do Reagrupamento Revolucionário

O comentário do Coletivo Lenin é uma falsificação da história da Quarta Internacional que só pode servir para confundir a vanguarda trotskista. Também é um sintoma lamentável da degeneração de um grupo que antes, apesar de falhas e limitações, defendia o legado daqueles que combateram o revisionismo pablista do movimento fundado por Leon Trotsky, e que hoje se encontra mais precisamente do outro lado do muro, tentando enumerar qualidades para os pablistas ao invés de combatê-los (para saber mais leia nossa carta de ruptura O Coletivo Lenin é Destruído pelo Revisionismo!, de julho de 2011). A primeira crítica do Coletivo Lenin ao papel de Cannon na luta contra o pablismo se refere ao fato de ele ter cumprindo um papel de liderança no rompimento do SWP com a “Quarta Internacional” sob domínio pablista. Parece que o Coletivo Lenin considera acertado pontuar críticas ao pablismo, mas um verdadeiro crime *romper* com eles. O grupo diz que “A crítica de Cannon foi certa..., mas ele errou ao romper com a internacional e criar o Comitê Internacional, com os grupos de Lambert e Healy”. Parece que para o Coletivo Lenin a luta contra o revisionismo deveria ser um exercício de ideias sem daí retirar conclusões organizativas e políticas. Isto é algo alheio à ***seriedade*** com a qual o próprio Cannon tratava a questão. Ele e seus apoiadores não teriam dividido o movimento trotskista se não houvesse motivos relevantes para isso.

Algo ausente em todo o comentário do Coletivo é o fato de que os pablistas eram não apenas oportunistas políticos como também utilizavam métodos burocráticos. Não falam sobre as posições do Secretariado Internacional de Pablo (SI) na greve geral francesa nem no princípio de revolta operária em Berlim Oriental em 1953, ocasiões em que os pablistas defenderam as traições dos stalinistas. Não demonstram que a adaptação de Pablo a outras correntes do movimento que supostamente cumpririam papel “objetivamente revolucionário” se estendeu não somente ao stalinismo, mas também ao nacionalismo e à socialdemocracia e outras forças não-revolucionárias que seriam supostamente forçadas ao caminho da revolução por circunstâncias objetivas.

Os pablistas são responsáveis por vários desrespeitos burocráticos aos direitos da seção chinesa emigrada na Europa, que foram denunciados como fugitivos de uma revolução por não seguirem a liderança de Pablo, que considerou Mao um revolucionário e não defendeu os trotskistas chineses contra a repressão que se seguiu. Pablo inclusive suprimiu artigos que criticavam a liderança maoísta (como é relatado por Peng Shuzi). Não apenas os pablistas expulsaram burocraticamente a maioria da seção trotskista francesa (PCI, o “grupo de Lambert”), que discordava da sua visão política liquidacionista, como também tentaram fazer o mesmo com a seção norte-americana através da colaboração secreta com a fração de Cochran-Clarke do

SWP. De fato, foi somente esta tentativa que fez o SWP despertar de sua apatia internacional e passar a cumprir um papel na luta contra Pablo, Mandel e seus aliados. Isso pode ser confirmado com a leitura da Carta Aberta aos Trotskistas do Mundo Inteiro, onde Cannon escreve:

> "O jogo duplo de Pablo ao apresentar uma face à liderança do SWP enquanto secretamente colaborava com a tendência revisionista cochranista é um método que está fora da tradição do trotskysmo. Mas existe uma tradição à qual ela pertence — ao stalinismo. Tais instrumentos, usados pelo Kremlin, são os mesmo usados para corromper a Internacional Comunista. Muitos de nós experimentamos isso no período de 1923-1928."

No mesmo documento podemos ter uma idéia dos motivos da liderança do SWP para preferir disputar os quadros do trotskismo por fora da "Quarta Internacional" pablista, ao invés de travar a luta por dentro:

> "Resumindo: o abismo que separa o revisionismo pablista do trotskysmo ortodoxo é tão profundo que nenhum compromisso político ou organizativo é possível. A fração de Pablo demonstrou que não permitirá decisões democráticas que reflitam a opinião da maioria. Eles exigem a completa submissão à sua política criminosa. Eles estão decididos a eliminar da IV Internacional todos os trotskystas ortodoxos, a calá-los ou atar-lhes as mãos."

O Coletivo Lenin não está apenas discordando de Cannon sobre a tática correta para combater os pablistas, mas sim rejeitando sob qualquer condição um racha com a liderança burocrática e revisionista de Pablo e Mandel. O Comitê Internacional expunha a necessidade de travar uma luta para derrotar politicamente as concepções pablistas, extingui-las do movimento trotskista mundial. Isso é algo que o Coletivo Lenin não reconhece e de fato esconde. O racha do SWP com o pablismo é descrito como algo despropositado, "um erro".

É sempre preferível para aqueles que querem indevidamente reivindicar a trajetória de revolucionários honestos tentar transfigurá-los em oportunistas inconsequentes à imagem e semelhança dos primeiros. O Coletivo Lenin hoje não considera que o pablismo foi o principal responsável pela destruição da Quarta Internacional (colocando a culpa no próprio programa do trotskismo e em algumas de suas previsões imprecisas sobre o desenvolvimento do capitalismo). O líder do grupo, Paulo Araújo, acredita que o Secretariado Internacional pablista era uma organização revolucionária. O guia teórico do Coletivo Lenin pode ser resumido no seguinte trecho:

> "Nos próximos capítulos, mostraremos que é impossível formular uma estratégia certa para a revolução mundial sem uma análise correta da decadência do capitalismo, e que essa estratégia é bem diferente da concepção leninista-trotskista de pequeno grupo que se torna, combatendo o reformismo das direções traidoras, um partido de quadros que mobiliza as massas através de reivindicações transitórias rumo ao poder. Ao mesmo tempo, veremos como a Quarta Internacional foi destruída não pelo revisionismo pablista, mas sim pela sua incapacidade de superar a herança da estratégia leninista e sua visão sobre a revolução mundial iminente."
> "A Teoria da Decadência e a Crise da Terceira e Quarta Internacionais"

James P. Cannon: veterano da Terceira Internacional, cumpriu um importante papel na construção da Quarta e no combate aos desvios e traições pablistas (blog Bingo billy)

Somos então informados pelo Coletivo Lenin de que o SWP era, no entanto, uma "organização saudável", porque voltou atrás da sua decisão de 1953 e realizou uma fusão com os pablistas dez anos depois. Saudáveis aqueles que buscam aliança com o revisionismo?

O Coletivo tenta mostrar a fusão do CI com o SI (para formar o Secretariado Unificado) como uma necessidade urgente, independente do posicionamento político de ambos. Depois coloca que a "reunificação" foi uma "oportunidade perdida", dando como exemplo a posição pablista do SU com relação à revolução cubana (Fidel Castro como um "trotskista inconsciente"). Isso não corresponde nem um pouco aos fatos concretos. Desde 1961 a liderança do SWP vinha tendo a mesma posição dos pablistas com relação a Cuba. No documento Gênese do Pablismo, escrito pela Liga Espartaquista em 1972 (e traduzido para o português pelo Coletivo Lenin na época em que ele era uma organização revolucionária) está escrito que:

> "Quando a questão da reunificação, que se consumaria em 1963 com a formação do Secretariado Unificado, veio novamente à tona, o terreno político

em sua totalidade havia mudado. O SI e o SWP convergiram com relação a Cuba. Mas a base já não era uma convergência aparente, senão o abandono por parte do SWP do trotskismo para abraçar o revisionismo pablista."

Foi a adoção do método do pablismo pelo SWP que permitiu a fusão, e não uma mera necessidade de reunificar os trotskistas. Obviamente defendemos a necessidade de reunificar os quadros trotskistas, tanto naquela época quanto hoje. Mas essa reunificação deve se dar sob um programa que represente a perspectiva histórica revolucionária orientada para a classe trabalhadora, e não uma adaptação às lideranças traidoras (como o stalinismo, o nacionalismo, a socialdemocracia) existentes no movimento. A fusão do SWP com o SI pablista foi uma derrota que afastou, ao invés de aproximar, a reconstrução revolucionária de Quarta Internacional – o SWP foi perdido para o revisionismo e essa foi a base da fusão. Era assim que o próprio Coletivo Lenin colocava a questão quando seguia um programa político revolucionário:

> "O colapso político do SWP como organização revolucionária, assinalado pelo seu entusiasmo acrítico em relação ao castrismo nos anos 60, e culminando com a sua unificação com os pablistas em 1963, foi um golpe enorme para todos os comunistas."
> Programa Político do Coletivo Lenin, fevereiro de 2009

De "um golpe enorme para todos os comunistas", a aproximação e finalmente a fusão do SWP com os pablistas se transformou em uma "puta oportunidade perdida". "Infelizmente", diz o Coletivo Lenin, "a autocrítica do pablismo foi parcial... e não impediu que se repetissem as mesmas concepções centristas." Aparece aqui como uma "infeliz" surpresa o que, na verdade, foi a própria base da reunificação que gerou o SU. Tal deformação da realidade só se explica pela adoração do atual líder do Coletivo Lenin ao centrismo de Mandel e do SU, que ele considera revolucionários (ainda que fazendo algumas críticas à parte de suas posições centristas). Como afirmou em um documento interno: *"O SU, acho que em linhas gerais era revolucionário nas décadas de 50 e 60."*(outubro de 2010).

É preciso ainda fazer alguns comentários sobre o Comitê internacional. Obviamente reconhecemos que ele cometeu erros políticos consideráveis. No entanto, o seu maior erro foi não ter combatido suficientemente bem o pablismo. Para isso, vamos citar o livreto O Pablismo e a Crise da Quarta Internacional, escrito em 2010 pelo Coletivo Lenin e disponível até hoje na página inicial do seu site, mas abandonado pelo próprio grupo na prática:

> "Podemos vislumbrar que os objetivos táticos imediatos dessa nova organização [o CI] deveriam ser atrair os trotskistas remanescentes sob influência de Pablo e combater duramente o pablismo, se lançando para realizar as tarefas corretas diante do stalinismo (unidade na ação, mas clara diferenciação no programa), jogando luz sobre a estratégia traidora de Pablo. Infelizmente, essa perspectiva desafiadora jamais chegou a se concretizar. Apesar da atração dos quadros resistentes do trotskismo para fora da Quarta Internacional pablista, o Comitê Internacional nunca se tornou uma organização consequente de combate ao pablismo."

A principal crítica que deve ser feita ao CI é pelo fato de não ter combatido o pablismo da maneira como deveria, ***não por ter rachado com Pablo e Mandel***. No que diz respeito aos outros erros políticos do Comitê Internacional, não temos quaisquer ilusões. O CI cometeu erros graves, dentre os quais poderia ser incluído também o fato de nenhuma das suas seções ter dado uma resposta revolucionária à revolução boliviana de 1952, como é relatado pela Tendência Vern-Ryan do SWP.

Ao mesmo tempo há muitos lampejos anteriores no tempo de desenvolvimentos que ocorreriam no futuro. A noção teórica incorreta de que os stalinistas eram "contrarrevolucionários de cabo a rabo" e dessa forma não poderiam, nem em circunstâncias excepcionais, derrubar o capitalismo foi adotada por todo o CI, incluído Cannon e o SWP. Ela foi um reflexo não de uma adaptação ao anticomunismo imperialista, mas uma tentativa errada de combater as posições de Pablo de que os stalinistas haviam deixado de ser contrarrevolucionários e iriam agir para liderar a revolução mundial.

As afirmações de que o stalinismo era contrarrevolucionário de cabo a rabo no fim levaram a conclusões políticas stalinofóbicas sob circunstâncias diferentes, mas isso só iria acontecer muitos anos depois. A adaptação da seção britânica à socialdemocracia, por exemplo, foram reais e tiveram sua origem em seguir a política de Pablo de entrismo profundo em todos os partidos de massas, fossem socialdemocratas ou stalinistas.

No entanto, a luta falha do CI foi, apesar de tudo, um luta contra o revisionismo. Essas falhas sem dúvida contribuíram para preparar a subsequente explosão do CI e a fusão do SWP com os pablistas. Mas o combate também gestou a continuidade da luta contra o revisionismo através da Liga Espartaquista, por exemplo. O Coletivo Lenin é absolutamente incoerente quando acusa (corretamente) a seção inglesa do CI de adaptar-se à socialdemocracia durante o período em que estava dentro do Labour Party ao mesmo tempo em que defende que foi correta uma fusão com os pablistas, adaptados por natureza à socialdemocracia, ao stalinismo e ao nacionalismo burguês.

O Coletivo Lenin diz a Liga Espartaquista "repetiu o mesmo erro (sic) de Cannon da época da Carta Aberta", ou seja, romper com os pablistas. Novamente o mesmo "crime": formar uma organização independente dos revisionistas. A Liga Espartaquista reconheceu a necessidade de combater

Michel Pablo e Ernerst Mandel: revisionistas que contribuíram para a destruição da Quarta Internacional. O Coletivo Lenin considera um enorme erro a ruptura com os centristas (Google Imagens)

o pablismo e de tentar arrancar da liderança pablista os setores saudáveis do trotskismo. Em 1963, a sua precursora (a Tendência Revolucionária do SWP) se dispôs, inclusive, a adentrar a fusão que gerou o SU, com interesses táticos de disputar os trotskistas combativos do SWP – ou seja, realizar um entrismo. Isso está registrado no documento que traduzimos recentemente para o português, Rumo ao Renascimento da Quarta Internacional (julho de 1963):

> "'Reunificação' do movimento trotskista na base centrista do pablismo em qualquer das suas variantes seria um passo que afastaria, ao invés de aproximar, o genuíno renascimento da Quarta Internacional. Se, entretanto, a maioria dos grupos trotskistas atualmente existentes insistem em seguir em frente com tal 'reunificação', a tendência revolucionária do movimento mundial não deve virar suas costas para esses quadros. Pelo contrário: seria vitalmente necessário passar por esta experiência com eles. A tendência revolucionária entraria nesse movimento 'reunificado' como uma fração minoritária, com a perspectiva de ganhar uma maioria para o programa da democracia operária. A Quarta Internacional não irá renascer através da adaptação ao revisionismo pablista: somente com uma luta teórica e política contra todas as formas de centrismo é que o partido mundial da revolução socialista pode finalmente ser estabelecido."

Não se trata de uma ignorância justificável do autor do comentário, visto que nós mesmos deixamos essa posição da Tendência revolucionária clara para a maioria do Coletivo Lenin na época de nossa luta fracional contra o oportunismo que atualmente domina o grupo, e que o documento em questão foi lido pelos camaradas. O líder do Coletivo Lenin havia feito essa mesma acusação anteriormente e reconheceu o seu erro em um email de 14 de fevereiro: *"Eu realmente não sabia sobre a posição da SL de entrar no SU. Então, temos que corrigir as teses. Além disso, essa decisão mostra que eles eram ainda melhores do que eu pensava, e se propuseram à tarefa certa. Infelizmente, se perderam depois naquela religião do CI, e se destruíram".*

Em nenhum momento, entretanto, a TR deixava de classificar o SI e a maioria do SWP como centristas e de prometer contra eles uma luta teórica e política. Acontece que tal perspectiva não chegou a se realizar. A TR foi expulsa de maneira antidemocrática do SWP, decisão sobre a qual os pablistas europeus de Pablo e Mandel "lavaram as mãos". Será que o Coletivo Lenin vai agora negar isso para tentar atestar que o Secretariado Unificado tinha um regime interno "democrático"?

O Coletivo Lenin argumenta que a Liga Espartaquista era sectária (por buscar formar uma corrente internacional própria) e que capitulava ao stalinismo. Em primeiro lugar, desconhecemos qualquer documento da Liga Espartaquista que aponte como algum tipo de "princípio" o seu isolamento. Na verdade, ela pontuou que a necessidade de construir uma corrente internacional revolucionária advinha do oportunismo e/ou burocratismo das organizações "trotskistas" existentes naquele momento. Na sua Declaração à Conferência de 1966 do Comitê Internacional, a Liga Espartaquista corretamente afirmou:

> "Um camarada francês colocou muito bem: 'não existe família do trotskismo'. Só existe o programa correto do marxismo revolucionário, que não é um guardachuva. No entanto, existem agora quatro correntes internacionais organizadas reivindicando serem trotskistas, e que são consideradas como 'trotskistas' em certo sentido convencional. Esse estado de coisas deve ser resolvido através de rachas e fusões. A razão para a presente aparência de uma "família" é que cada uma das quatro tendências – 'Secretariado Unificado', 'Tendência Marxista Revolucionária' de Pablo, 'Quarta Internacional' de Posadas, e o Comitê Internacional – é, em alguns países, o único grupo organizado reivindicando a bandeira do trotskismo. Dessa forma, eles atraem todos aqueles que querem se tornar trotskistas em suas áreas e suprimem a polarização; não há luta e diferenciação, ganha-se alguns e expulsa-se outros para forçá-los a abandonar suas pretensões como revolucionários e trotskistas. Assim, quando vários camaradas Espartaquistas visitaram Cuba, nós descobrimos que o grupo trotskista de lá, parte da Internacional de Posadas, era composto em maioria de excelentes camaradas lutando com valor sob difíceis condições. Os discursos feitos aqui pelos camaradas dinamarqueses e ceilaneses, representando alas de esquerda do Secretariado Unificado, refletem tais problemas."
>
> "O racha parcial e exposição crua das forças do Secretariado Unificado – a expulsão de Pablo, a traição no Ceilão, a linha de colaboração de classe do SWP na guerra do Vietnã, Mandel se rastejando diante dos herdeiros da socialdemocracia

belga – provam que foi-se o tempo em que a luta contra o pablismo poderia ser travada num plano internacional por dentro de um mesmo espectro organizativo. E a experiência particular de nossos grupos nos Estados Unidos, que foram expulsos meramente pelas opiniões que mantinham, sem direito de apelo, demonstram que o Secretariado Unificado mente quando ele diz quere incluir todos os trotskistas."

A Liga Espartaquista estava correta nisso e tinha razões profundas para não buscar construir uma organização com os pablistas, ou com Gerry Healy, o líder da seção inglesa do Comitê Internacional, com o qual ela buscava uma fusão até ter sofrido perseguições burocráticas.

"Sectário" é aquele que busca se isolar do movimento revolucionário sem motivos a não ser seus próprios fetiches. O Coletivo Lenin acha que é "sectário" negar unidade político-organizativa com os revisionistas? A Liga Espartaquista apresentava motivos políticos que consideramos extremamente importantes para não estar dentro das organizações que então se reivindicavam revolucionárias. Se o Coletivo Lenin acredita que os motivos políticos que separavam os pablistas dos trotskistas eram irrelevantes, então eles deveriam rejeitar qualquer aproximação com James Cannon ou com a *Carta Aberta*. O Coletivo Lenin também deveria, se agisse conforme suas palavras, liquidar em um grupo "revolucionário" maior. Já que o Coletivo reivindica atualmente reconhecer vários outros grupos como revolucionários, pelos seus próprios critérios a decisão de manter a sua própria organização separada não tem sentido ou justificativa exceto uma expressão verdadeira de "sectarismo".

A Liga Espartaquista é acusada de capitular ao stalinismo por, supostamente, "não ter condenado" a invasão soviética à Tchecoslováquia em 1968, que esmagou a "Primavera de Praga", uma concessão de uma ala da burocracia (liderada por Alexander Dubcek) de diminuir a repressão do regime, o que poderia facilitar as possibilidades de uma revolução política proletária no país.***Trata-se de uma calúnia.***

A Liga Espartaquista não publicou nenhum texto sobre essa questão em 1968. Essa foi uma falha em razão das suas limitações (ela possuía então apenas um jornal bianual). Mas ela teve uma posição pública, que foi de condenar a ocupação soviética (uma forma de garantir a manutenção dos aspectos repressivos do regime), ao mesmo tempo em que chamava a não confiar na ala Dubcek da burocracia, nem em qualquer outra, apostando na ação independente da classe trabalhadora. Esta posição estava de acordo com o que a Liga Espartaquista colocou como tarefa dos trotskistas nos Estados operários degenerados ou deformados: defender as conquistas sociais contra as tentativas de contrarrevolução capitalista e lutar para derrubar a burocracia governante através de uma revolução política. Essa posição pode ser facilmente constatada em trechos posteriores publicados pela Liga Espartaquista ou sua corrente internacional. Para não sermos maçantes, vamos citar apenas três:

> "A invasão soviética na Tchecoslováquia em agosto de 1968 sublinhou a contradição central dos países stalinistas primeiramente analisada por Trotsky: a propriedade social dos meios de produção coexistindo com uma burocracia repressiva que havia usurpado o controle político do proletariado e deforma os vastos potenciais da economia. O ímpeto para a invasão não foi o medo de uma ameaça militar da Alemanha, mas o relaxamento da censura política e controle que a ala Dubcek da burocracia foi forçada a tolerar com o objetivo de 'liberalizar' a economia ao aumentar a exploração dos trabalhadores Tchecos. A Liga Espartaquista condena a invasão russa, ao mesmo tempo notando a ausência de oposição sindical de massa, que caracterizou a revolução húngara de 1956. (...)"
> ***Developments and Tactics of the Spartacist League***
> Resoluções Adotadas na Segunda Conferência Nacional, 30 de agosto a 1 de setembro de 1969
> Reimpresso no *Boletim Marxista* número 9

> "A URSS e os Estados operários deformados devem receber defesa militar incondicional pela classe trabalhadora contra o imperialismo ou contrarrevoluções nativas. Ao mesmo tempo, entretanto, nós nos posicionamos em oposição a tentativas da burocracia soviética de defender os seus próprios interesses estreitos através de tais táticas como a invasão da Tchecoslováquia em 1968 e a supressão dos sovietes húngaros pelos tanques russos em 1956. Nos Estados operários degenerados e deformados nós lutamos por partidos trotskistas para liderar o proletariado na luta pela democracia soviética através da derrubada desses burocratas anti-proletários."
> ***Defend the Russian Revolution***, publicado pela Liga Trotskista (seção canadense da Tendência Espartaquista Internacional), extraído de *Spartacist Canada* número 21, página 12, novembro de 1977.

O terceiro que está aqui traduzido do espanhol foi, há menos de seis meses (!), circulado internamente por nossa tendência dentro do Coletivo Lenin, já que dizia respeito ao fato de Fidel Castro, que era defendido pelo SU, ter apoiado a invasão soviética. Também na "Primavera de Praga", o SU apoiou sem críticas a ala da burocracia stalinista, que queria construir um "socialismo menos repressivo" em um só país.

> "Ainda que sob uma pressão considerável por parte do colosso imperialista ianque do norte (...) os cubanos aparentemente decidiram 'melhorar' suas relações com Moscou em troca de um incremento na ajuda

militar e econômica. Assim, quando em 23 de agosto de 1968 os tanques soviéticos entraram em Praga, Castro fez um importante discurso radiofônico para apoiar a invasão do Kremlin à Tchecoslováquia. Seu discurso foi uma ducha fria para muitos castristas latinoamericanos e deve ter remexido ainda ao SU. Mas tanto haviam se acostumado estes ex-trotskistas a desculpar o indesculpável, que Joe Hansen escreveu um grande artigo (...) no qual 'lamenta' de passagem que Castro não tenha visto a invasão tcheca como um dos piores crimes do Kremlin...".
Lugarteniente del Kremlin en Africa: Cuba exporta la traición estalinista
Spartacist em espanhol número 7, junho de 1979

Essa questão também foi apontada por nós em nossa luta interna, quando deixamos claro que a Liga Espartaquista foi contra a invasão das tropas do Pacto de Varsóvia à Tchecoslováquia. Apesar disso, o Coletivo Lenin publica essa falsa acusação sem a menor base documental, com o objetivo claro de desmoralizar uma corrente revolucionária que combateu o pablismo. Foi somente quando estava se tornando uma corrente degenerada política e organizativamente que a Liga Espartaquista começou a ter ilusões e a elogiar o papel da burocracia stalinista. Na Carta de ruptura do Coletivo Lenin com a IBT (escrita em dezembro de 2010), quando o grupo ainda defendia uma perspectiva revolucionária, ele colocou a questão da maneira correta:

> "Vimos que a SL havia assumido uma série de posições estranhas a partir de fins dos anos 1970. Em 1979, paralelamente à posição correta de defender a aliança tática com o Exército Vermelho contra os fundamentalistas islâmicos apoiados pela CIA, eles também levantaram a palavra de ordem acrítica de 'Viva o Exército Vermelho no Afeganistão!', quando da ocupação do país. Outras adaptações pró-stalinistas muito semelhantes se seguiram a essa, com a organização de uma coluna em um ato nomeada 'Brigada Yuri Andropov', em homenagem ao líder da URSS na época e a resposta às críticas com a publicação de um poema em sua homenagem na primeira página de seu jornal, quando da morte do burocrata."

Isso é bem diferente de ter publicação insuficiente e não responder a todos os fenômenos da luta de classes, o que é infelizmente natural para um grupo pequeno. A mesma coisa aconteceu com o Coletivo na ocasião das provocações militares da Coréia do Sul contra o Estado operário deformado da Coréia do Norte no fim de 2010. O Coletivo Lenin, que então dizia inequivocamente que o país era um Estado operário deformado, teve a posição pública de defender militarmente a Coréia do Norte, mas não publicou nenhum texto sobre o assunto. Será que isso nos permitiria dizer que o Coletivo Lenin "não condenou" a provocação? Obviamente não.

Se em alguns momentos o atual líder do Coletivo Lenin realizou enganações conscientes em sua narrativa sobre a história do trotskismo, em outros pontos ele está simplesmente expressando sua própria ignorância em muitas questões. No entanto, falta de familiaridade com certas questões nunca o inibiram de proclamar a si próprio uma autoridade no assunto. O papel de Cannon na reunificação do SWP com os pablistas não foi central. Desde a época após o racha com os pablistas em 1953, Cannon, já um senhor idoso, havia se recolhido para cuidar da saúde na Califórnia. Ele prestou apoio à reunificação (uma parte da sua trajetória que nós não reivindicamos), mas não foi o seu artífice como o comentário do Coletivo Lenin poderia deixar a entender ao dizer que ele "continuou lutando pela reunificação entre todas as correntes revolucionárias (sic)".

Também falsa, entretanto, é a afirmação segundo a qual "Dentro do SU, ele [Cannon] combateu, junto com Moreno, a política de luta armada imediata na América Latina... Infelizmente, mesmo a posição sobre a luta armada estando certa, tanto o SWP quanto o PST de Nahuel Moreno fizeram as críticas a partir de um ponto de vista muito próximo do social-pacifismo". Cannon nunca chegou a participar das disputas internas do SU, quando a ala à direita de Joseph Hansen e Nahuel Moreno decidiu romper com as concepções guerrilheiras que haviam adotado ao capitular ao castrismo. Nessa época, o veterano trotskista já tinha a saúde muito debilitada, vindo a falecer pouco depois, em 1974, aos 84 anos. Cannon estava nessa época longe de contato com o centro do partido havia muitos anos e de acordo com relatos, lhe desagradava o rumo político que estava tomando o partido que ele havia fundado.

O legado de Cannon ao romper com a Internacional Comunista em 1928 segue como um exemplo para todos os revolucionários que colocam os princípios e as intenções revolucionárias acima dos interesses pessoais ou privilégios. É também um exemplo de que a perspectiva revolucionária está amplamente ligada a dizer a verdade à classe trabalhadora para livrá-la das concepções burguesas ou "realistas". A tradução para o português que realizamos da carta de Cannon que intitulamos James Cannon Sobre sua "Poltrona de Couro" (citada na postagem de *Nova Dialética*) buscou despertar o espírito crítico e corajoso de Cannon nos revolucionários dispersos pelo mundo.

Esse sentimento se encontra não apenas no rompimento de Cannon com a Terceira Internacional stalinista, como também na sua coragem para encabeçar uma ruptura do movimento por ele fundado em colaboração com Trotsky, em nome da defesa de um projeto revolucionário contra o revisionismo. Essa luta contra o pablismo e a coragem necessária para tanto estão atualmente ausentes na prática e nas palavras do Coletivo Lenin. Essa postura impede que esse grupo possa contribuir positivamente para reconstrução revolucionária da Quarta Internacional.

Leia também: *Morre um embrião para a reconstrução da Quarta Internacional - O Coletivo Lenin é destruído pelo revisionismo!*

Os Erros do PSTU no Combate à Homofobia

Somente os Trabalhadores Podem Defender os GLBT!

Por Rodolfo Kaleb, agosto de 2011

A opressão contra a diversidade de opção ou identidade sexual vem crescendo no Brasil. O Grupo Gay da Bahia publicou recentemente uma pesquisa que mostra que o Brasil é o país recordista mundial em assassinatos de gays, lésbicas e travestis – 260 foram assassinados só no ano passado. Segundo pesquisa do Grupo, esse tipo de crime aumentou 113% nos últimos cinco anos. **[1]** Os casos de agressão nas grandes e pequenas cidades têm ganhado as páginas dos jornais e manchetes de televisão.

O **PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado)** diz frequentemente que o fim definitivo da opressão contra pessoas com identidades ou opções sexuais diferentes só é possível numa sociedade controlada pelos trabalhadores. Concordamos com tal afirmação. Entretanto, é preciso pontuar que se o fim definitivo da homofobia só é possível no socialismo, então é necessário que aqueles que lutam por ele tenham em mente, nas batalhas diárias por direitos na sociedade capitalista, que só os trabalhadores são capazes de defender os Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais. Esperar que os elementos da sociedade burguesa como a polícia, a Justiça ou os governos defendam os GLBT é uma política que pode se esperar de alguém que, conscientemente ou não, tem ilusões na sociedade capitalista ou busca uma versão “menos pior” da mesma.

Em março deste ano, o companheiro Guilherme Rodrigues do PSTU de São Paulo foi atacado por um grupo de agressores homofóbicos. O PSTU divulgou bastante este ataque, que é mais uma de tantas das agressões crescentes contra os GLBT brasileiros. Mais um, porém um ataque contra um homossexual membro de um partido da esquerda, e que cria uma oportunidade fenomenal para que os revolucionários desmascarem os demagogos e mostrem que são os mais combativos na luta pelos direitos democráticos. Comentando sobre a agressão do seu militante, assim como sobre as ameaças de morte sofridas pelo deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), o PSTU escreveu que:

> “É muito importante lembrar que nestes casos a polícia e a justiça não podem punir os agressores exatamente pela inexistência de uma legislação que criminaliza as agressões motivadas pelo preconceito, tal como foi o caso do companheiro Guilherme. (...)”
> ***Dia 18 de maio: exigir a criminalização da homofobia***, Opinião Socialista 423, 11 de maio

Está claro que o Estado capitalista na maior parte do tempo simplesmente não faz nada e deixa que os GLBT sejam agredidos ou mortos. De nenhuma maneira conseguimos ver como a polícia e a Justiça estão “impedidas” de punir os grupos homofóbicos fascistas simplesmente pela inexistência da lei de criminalização da homofobia. Não nos parece que elas estejam ansiosas por uma legislação como essa para começar a “mostrar serviço”. A falta de ação do Estado burguês tem razões muito mais profundas. Nem a existência da lei resolveria a questão. Ela seria uma vitória, mas uma vitória bastante limitada. Afinal, a sua aplicação seria feita pela mesma instituição que deixa impune os atacantes e restringe os direitos dos GLBT. Acaso a lei criminalizando o racismo resolveu as agressões, o preconceito e a super-exploração sofridos pelos trabalhadores e trabalhadoras negros? Assim como o Estado capitalista é essencialmente racista, ele também é machista e homofóbico.

Imediatamente após o ataque contra Guilherme, o PSTU publicou no seu site uma declaração reclamando sobre a forma como o seu militante havia sido tratado pela polícia. A declaração mostrou que a policial que estava no local tratou Guilherme em pé de igualdade com seus quatro agressores, tentou encerrar o assunto como se nada tivesse acontecido e que, depois de levados para a delegacia, Guilherme foi liberado junto com os homofóbicos, sem nenhum tipo de proteção, estando à mercê de um novo ataque. O artigo conclui:

> “Apesar de tudo, o BO [Boletim de Ocorrência] foi registrado. Foram consumados os crimes de lesão corporal (art. 129), injúria (art. 140) e ameaça (art. 147). No entanto, a formalização da denúncia só se deu pela persistência e coragem de Guilherme e não por que a polícia tenha cumprido ***sua tarefa.***” (ênfase nossa)
> ***Mais um ataque homofóbico: liderança GLBT sofre agressão em São Paulo,*** site do PSTU, 24 de março

Guilherme discursa em ato realizado no dia 28 de março, em frente a delegacia para aonde havia sido levado junto a seus agressores (site do PSTU)

É esclarecedor que o PSTU reclame da ação policial dizendo que a polícia "não cumpriu sua tarefa". Existe na concepção do PSTU uma dose considerável de esperança de que a polícia seja usada para ou tenha a tarefa de proteger os setores oprimidos. Na verdade, a polícia como um todo (e não apenas a policial envolvida) tem a tarefa de repressão profissional dos trabalhadores, sobretudo aqueles mais explorados e oprimidos. Qualquer trabalhador negro ou GLBT que já foi parado pela polícia sabe que a "tarefa" da polícia não é cuidar do bem deles.

O PSTU e a Política Revolucionária

O PSTU tem concentrado os seus esforços no campo das opressões na luta pela aprovação da PLC 122, o projeto de lei que criminaliza a homofobia. Em nenhum momento os dirigentes do partido explicam que a aprovação da lei, pela qual lutar é uma tarefa de todos os militantes combativos, não vai garantir uma proteção real para os GLBT. Recentemente, o partido publicou um texto defendendo a politização das Paradas Gays pelo Brasil após a sua participação na Parada de São Paulo:

> "José Maria de Almeida, o Zé Maria, falou em nome da central [CSP-Conlutas, dirigida pelo PSTU] no carro de abertura, e foi aplaudido pelos milhões de ativistas ao exigir a criminalização da homofobia e a aplicação do kit 'Escola sem homofobia' em todas as escolas. Também denunciou a negociata política em Brasília com nossos direitos. (...)"
> ***Parada do Orgulho LGBT: a necessidade de politização***, Opinião Socialista 426, 13 de julho

Claramente é desejo de todos na esquerda que as Paradas do Orgulho GLBT sejam politizadas. Mas elas devem passar a ter uma política revolucionária. Qual líder demagogo do governo não diz que também acha que a homofobia deve ser crime (o PLC 122 é de autoria da senadora paulista Marta Suplicy, do PT)? O projeto "Escola Sem Homofobia" foi uma proposta do próprio Governo Federal. Obviamente combatemos a sua suspensão, com a qual Dilma fortaleceu os reacionários como Jair Bolsonaro (PP/RJ) e a bancada evangélica, mas não devemos limitar a isso as nossas demandas e as nossas ações. Da mesma forma, o PSTU tem alimentado ilusões no governo Dilma, cobrando que ela "mobilize os parlamentares" para criminalizar a homofobia:

> "O movimento LGBT que vai à Brasília neste dia 18 precisa ter alguns objetivos claros. O primeiro é que estamos exigindo a aprovação do PLC-122. Porém, não estamos exigindo isso somente dos parlamentares, mas estamos exigindo da presidente Dilma. O PT possui maioria no Congresso Nacional e um forte poder de centralização de sua base aliada. A maior prova disso foi o rolo compressor do governo para aprovar o vergonhoso reajuste do salário mínimo. Estamos exigindo de Dilma que faça o mesmo movimento para aprovar o PLC-122."
> ***Dia 18 de maio: exigir a criminalização da homofobia***, Opinião Socialista 423, 11 de maio

O programa que o PSTU levanta é insuficiente para educar os trabalhadores sobre a importância da sua unidade como classe, independente das diferenças de opção ou identidade sexual. E também é inútil para diminuir concretamente a opressão contra os GLBT. A própria raiz do interesse de inúmeros setores da burguesia em manter os direitos restritos dos GLBT e a opressão contra eles é a mesma necessidade que possuem em dividir os trabalhadores em linhas étnicas, nacionais, sexuais, etc. Há mais de 100 anos, Lenin escreveu que:

> "(...) o socialdemocrata [como se chamavam os revolucionários na época] não deve ter por ideal o secretário do sindicato, mas o tribuno do povo, que sabe reagir contra toda manifestação de arbitrariedade e de opressão, onde quer que se produza, qualquer que seja a classe ou camada social atingida, que sabe generalizar todos os fatos para compor um quadro completo da violência policial e da exploração capitalista, que sabe aproveitar a menor ocasião para expor diante de todos as suas convicções socialistas e suas reivindicações democráticas, para explicar a todos e a cada um o alcance histórico da luta emancipadora do proletariado."
> ***O Que Fazer?*** (1902)

Os revolucionários têm o dever de unir os trabalhadores contra as formas de opressão. Eles não devem buscar ser um "funcionário de sindicato" acomodado às limitações que a sociedade capitalista impõe. Eles devem tentar fazer com que os trabalhadores sejam ativos na defesa dos seus direitos democráticos à diversidade. Isso não se consegue tentando apenas aprovar uma lei ou um kit escolar. Essa separação entre o ideal futuro professado (um mundo socialista sem opressão) e a ação prática no presente (de cobrar do governo que proteja os GLBT) nada

"Parada Gay" de São Paulo: mesmo sendo uma das maiores do mundo, ataques a LGBTs são frequentes após sua dispersão. A juventude e os trabalhadores teriam muito a ganhar com autodefesas (Google Imagens)

tem a ver com a estratégia revolucionária.

O maior objetivo dos revolucionários deve ser organizar a ***autodefesa dos trabalhadores e oprimidos***, que inclua trabalhadores de todas as opções e identidades sexuais para proteger os GLBT contra agressões com todos os meios disponíveis, revidando contra os grupos de homofóbicos fascistas ativos no país. Assim os revolucionários protegem na prática os GLBT ao mesmo tempo em que ensinam aos trabalhadores a não confiar na polícia e na Justiça da burguesia para nada – e fazerem eles próprio a sua proteção.

Acreditamos que a autodefesa deve ser construída como uma frente única, ou seja, uma unidade de ação baseada no acordo comum entre militantes e ativistas de várias correntes ou independentes sobre a necessidade prática de defender os homossexuais. Com sua influência na juventude e nos sindicatos, o PSTU teria facilmente capacidade de organizar comitês de autodefesa para garantir a segurança dos GLBT. Propomos ao PSTU e demais organizações da esquerda (partidos, sindicatos, grupos de defesa dos direitos dos GLBT), organizar frentes como esta para escoltar e proteger aqueles que precisam.

Um comitê de autodefesa, por exemplo, pode ser organizado para garantir a segurança dos jovens e trabalhadores que participarão da próxima Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro, a ocorrer em outubro. Desde já nos dispomos a integrar uma iniciativa nessa ocasião. Não acreditamos, entretanto, que o PSTU tenha interesse em ajudar a construir esse ato de combatividade classista contra os homofóbicos, uma vez que tem preferido cobrar da polícia que cumpra a sua suposta "tarefa" e se limita a pedir proteção do Estado burguês.

Uma ação como a organização de comitês de autodefesa de trabalhadores, ainda que pequena no início, pode plantar uma semente que inspire e seja reproduzida pelo Brasil afora, o que trará resultados reais em defesa dos GLBT. Os homofóbicos e fascistas não se assustam com a polícia. O PLC 122 pode inibir, mas não vai impedir que essa corja da reação continue perseguindo os oprimidos. Além disso, os agressores homofóbicos recebem apoio financeiro e ideológico dos partidos e políticos burgueses, como é o caso do DEM, que aprovou na Câmara de Vereadores de São Paulo o infame "Dia do Orgulho Hétero" (a ser "comemorado" no terceiro domingo de dezembro para protestar contra os "excessos e privilégios" dos GLBT). Os homofóbicos só vão parar quando perceberem que não vão conseguir agredir os GLBT e passarem a sentir medo dos trabalhadores, que estarão defendendo aqueles com unhas e dentes. Comentando sobre a agressão que sofreu, o militante do PSTU disse que:

> "Hoje não queremos justiça só para este caso. Estamos aqui em nome de todas e todos que foram agredidos e que sabem que seus agressores continuam impunes. Queremos punição aos quatro covardes que me atacaram e que sirva de exemplo para esses bandos homofóbicos neofascistas. (...) Se não fui destroçado pelo bando é porque pude contar com a solidariedade daqueles que impediram o pior de acontecer."
>
> ***"Basta de Silêncio"***, Opinião Socialista 421, 6 de abril

Mas a punição definitiva contra o bando covarde de agressores de Guilherme Rodrigues, assim como os de tantos outros, não pode ser dada pelo Estado, como esperam passivamente os dirigentes do PSTU, mas somente pelos trabalhadores. Somente com a "solidariedade" entre trabalhadores e oprimidos, empunhando uma estratégia combativa e revolucionária, é que tamanha opressão pode ter fim.

É Preciso Romper com o Centrismo!

> *Centrismo é o nome aplicado àquela política que é oportunista na essência e que procura aparecer como revolucionaria na forma. Oportunismo consiste na adaptação passiva diante da classe governante e do regime existente, àquilo que já existe, incluindo obviamente os limites do Estado. O centrismo divide completamente esse traço com oportunismo, mas ao adaptar-se aos operários insatisfeitos, o centrismo se cobre de discursos radicais."* **[2]**

Esta definição de Leon Trotsky sobre o centrismo se encaixa como uma luva na política do PSTU sobre a homofobia (e não apenas sobre a homofobia). Nos últimos meses o partido tem dado mais ênfase do que nunca à sua "tática" de exigir do governo que tome medidas em favor dos trabalhadores. Somente em agosto, por exemplo, ele exigiu do Ministro da Defesa que retirasse as tropas brasileiras do Haiti e também exigiu de Dilma que rompesse relações diplomáticas e comerciais com a Síria (cujo ditador assassinou milhares de manifestantes que lutam por direitos democráticos). **[3]**

Enquanto nós apoiamos legislação anti-homofobia e outras reformas parciais que podem ser alcançadas no capitalismo, e também apoiamos a prisão de intolerantes violentos que ataquem os GLBT e outros setores oprimidos, fazer exigências para que a classe dominante procure realizar uma política externa positiva (em oposição a demandas negativas contra as incursões predatórias como a do Brasil no Haiti) só pode criar ilusões nos oprimidos.

Não apenas essa política fracassada alimenta ilusões em Dilma, como também coloca os trabalhadores no papel secundário de exigir que o governo burguês se movimente em sua defesa, fazendo do movimento operário e popular nada mais do que um instrumento de pressão sobre os governos da burguesia. Pior é o fato de que essas "cobranças" acontecem sem que o PSTU faça nada de ativo para tornar os trabalhadores protagonistas do internacionalismo ou da derrota das tropas brasileiras no Haiti. A CSP-Conlutas poderia tentar organizar uma greve política contra o governo Sírio ou contra as tropas brasileiras nas categorias onde tem atuação. Esse seria

um ato de solidariedade de classe que sem dúvida se faria ouvir pelos trabalhadores nesses países. Mas a estratégia e o programa centristas do PSTU, adaptados aos limites do Estado capitalista, impedem esse tipo de ação.

O PSTU, por seu tamanho e pelo seu discurso "radicalizado", atrai muitos militantes com objetivos revolucionários e que acabam caindo numa teia de políticas que, na sua essência, são incoerentes e oportunistas – o que afasta os trabalhadores de uma verdadeira consciência marxista. Mas essas políticas estão em contradição com o impulso revolucionário, que tem confiança na força de uma classe proletária com consciência de seus interesses – e que não precisa nem "exigir" nem "pedir" nada aos seus carrascos, mas que é capaz de impor suas demandas, sejam elas imediatas ou históricas. Cabe aos militantes combativos do PSTU que possuem esse impulso romper com tais políticas centristas e lutar para construir uma organização revolucionária sem essa tradição recuada.

Reunir esses militantes de impulso revolucionário, hoje dispersos nas organizações centristas e oportunistas de todo gênero, é o principal objetivo do Reagrupamento Revolucionário. Mas, diferente de outros grupos que clamam possuir a mesma perspectiva, tomamos como base uma política coerente, testada na luta prática e teórica dos que nos precederam. Rumo ao renascimento da Quarta Internacional!

Notas

[1] De acordo com o *Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais* de 2010, disponível na página do Grupo Gay da Bahia.

[2] Citado do artigo *"A Independência da Ucrânia e os Sectários Confusos"* de 1939.

[3] As exigências foram feitas respectivamente nos artigos *Celso Amorim: retire as tropas do Haiti*, de 5 de agosto e *PSTU exige que o governo Dilma rompa relações do Brasil com a ditadura da Síria*, de 12 de agosto, ambos publicados no site do partido.

Leia nessa edição: *A Liga Espartaquista e a autodefesa operária* (pg. 34)

Lutar por uma educação pública, universal, gratuita e de qualidade

Abaixo a burocracia sindical, pela união da classe trabalhadora!

Por Leandro Torres, agosto de 2011

A luta dos educadores do estado do Rio de Janeiro

O mês de junho foi tido como um marco para setores da esquerda do Rio de Janeiro, que incorretamente enxergaram na insubordinação de parte do Corpo de Bombeiros Militares do estado um ascenso de "trabalhadores". Porém, os BMs não foram os únicos a se movimentar na cidade. Os professores e funcionários da rede estadual de educação, organizados através **Sepe-RJ (Sindicado Estadual dos Profissionais da Educação)**, protagonizaram uma importante mobilização por melhores salários e direitos, marcada por uma combativa greve que durou 66 dias. As principais organizações da esquerda do Rio de Janeiro (PSTU e PSOL), entretanto, acabaram dando mais atenção à insubordinação dos bombeiros, repleta de demandas reacionárias, do que à luta dos educadores, da mesma forma como fez a mídia burguesa. **[1]**

Tais educadores (o que inclui professores, animadores culturais, merendeir@s, inspetores e porteir@s), além de terem realizado uma greve e erguido um acampamento de 32 dias em frente à Secretaria Estadual de Educação, também engrossaram as fileiras de outras lutas, como a manifestação ocorrida em 30 de julho "Por uma Copa do Povo", organizada contra as ações de repressão e despejo realizadas pelo governo contra os trabalhadores pobres do estado. Isso demonstrou a disposição da categoria em transformar sua luta em uma ampla campanha contra o governo estadual de Sérgio Cabral (PMDB) e seus aliados, como o prefeito do Rio, Eduardo Paes (também PMDB).

Entretanto, a greve foi "suspensa" no dia 12 de agosto, após uma sessão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) que discutiu as demandas dos educadores e aprovou algumas delas – mesmo que parcialmente. Em tal sessão, a proposta inicial dos lacaios de Cabral e dos patrões, de um aumento salarial de 3,5% para os professores, acabou sendo levemente elevada para 5%. Além do aumento salarial para professores (e animadores culturais, que foi de 14,6%), foram aprovadas algumas outras medidas importantes, como o descongelamento do Plano de Carreira dos funcionários e o abono dos dias paralisados.

Para alguns, a conquista de 5% de aumento aos professores e descongelamento do Plano de Carreira dos funcionários pode soar como uma vitória plena dos trabalhadores, mas quando lembramos que a pauta de greve incluía reivindicações como aumento de 26% para os educadores e eleições diretas para os diretores escolares, vemos que o desfecho não foi tão positivo quanto a direção do Sepe faz parecer, intitulando o boletim publicado no último dia 18 de *"Greve Histórica Derrota Cabral e*

Categoria reunida em manifestação na escadaria da ALERJ (Portal MS)

Risolia [Secretário de Educação]". No mesmo boletim de título demasiado otimista, a própria direção do Sepe reconhece:

> *"É verdade que nossos salários ainda estão baixos, que o Plano de Metas ainda está vigorando e que não conquistamos a eleição direta para diretores, entre outras coisas."*
> ***Boletim do Sepe, disponível em seperj.org.br***

A "suspensão" da greve após um acordo que só obteve algumas das reivindicações se explica em parte pela intransigência do Governo de Sérgio "Caveirão" Cabral em negociar um aumento e também pela sua atitude repressora, que conseguiu aprovar no Legislativo o corte do ponto daqueles educadores que não voltassem ao trabalho no retorno das férias escolares (medida que foi revertida na sessão da Alerj).

Como afirma reportagem do Portal G1, *"segundo o Sepe, a categoria vai se manter em estado de mobilização para acompanhar o cumprimento [das medidas aprovadas] da parte do governo"*, que ainda precisa sancioná-las (***Professores da rede estadual decidem suspender greve no RJ***, de 12 de agosto). Porém, tal "ameaça" por parte da direção do Sepe, composta majoritariamente pelo **PSTU** e por setores do **PSOL** (APS/MTL/Enlace), **[2]** parece com a de um general que acaba de retirar suas tropas do campo de batalha. Sem dúvida alguma o Sepe deveria ficar atento ao cumprimento das medidas já aprovadas na Alerj (e ainda não sancionadas pelo governo estadual), mas isso deveria ter sido feito permanecendo na greve e no acampamento até que as conquistas se concretizassem, e também para lutar por aquelas ainda não obtidas.

Com o acampamento desfeito e os educadores de volta às escolas e salas de aula pouco após o retorno das férias, Cabral conseguiu a normalização da situação e a categoria viu parte das demandas de sua aguerrida luta de mais de 2 meses não se concretizar. Certamente, se as conquistas obtidas na Alerj fossem mais avançadas, haveria uma grande chance de Cabral não sancioná-las, o que torna a atitude dos dirigentes do Sepe extremamente irresponsável e deseducadora, por apostar mais na legalidade burguesa do que na mobilização da classe trabalhadora. Nesse momento os dirigentes do Sepe podem apenas "torcer" para que as conquistas sejam aprovadas por Cabral e sua corja.

Mas a pressão do governo dos patrões não foi o único fator envolvido. A burocracia sindical do Sepe certamente tem culpa no cartório. Acovardada pelas consequências (inclusive as eleitorais) de um corte no ponto dos educadores e incapaz de responder a essa ameaça a altura, optou por aceitar as negociações rebaixadas e voltar para casa com uma algumas conquistas para apresentar às suas bases.

Esse medo de perder parte da influência que possui sobre a categoria fica ainda mais claro se levarmos em conta que a radicalização do movimento fez surgir atritos entre a burocracia sindical e setores da base, como ficou claro no já citado ato do dia 30 de julho. Nessa ocasião, o "Comando do Ato"(composto pelos dirigentes do Sepe, principalmente os do PSTU), contrariando o clima radicalizado e combativo dos manifestantes, optou por não ocupar a rua em frente à Marina da Glória. Para piorar, o PSTU e sua base se retiraram durante a ocupação da mesma por cerca de metade dos manifestantes presentes, dividindo e enfraquecendo a mobilização enquanto havia companheiros na luta. Assim como em relação à greve e a muitos outros momentos, também nessa manifestação o PSTU optou pela via de menor resistência.

Não raro, o PSTU e o PSOL ainda tem a cara de pau de jogar parte da culpa nas costas dos trabalhadores e trabalhadoras, alegando que não foi possível ir mais além em determinada campanha devido ao "isolamento", à "falta de apoio" e etc. Usam, assim, a desmobilização de parte da classe trabalhadora para trair suas lutas, quando na verdade o papel daqueles que se dizem revolucionários é justamente o de nadar contra a corrente e fazer o possível para avançar a consciência da classe, trazendo setores cada vez mais amplos do proletariado para uma postura combativa.

No caso da greve, como em tantos outros, ao invés de tentarem fazer avançar ainda mais a mobilização dos educadores estaduais, ampliá-la através de alianças com outros setores e lutar até o fim por suas demandas mais avançadas, o PSTU e o PSOL optaram por recuar após conseguirem algumas migalhas que os patrões resolveram ceder de seu enorme banquete, obtido através do suor dos trabalhadores.

Como os partidos que se encontram hoje a frente da classe trabalhadora não cumprem o papel de lutar pelas melhorias através de um projeto revolucionário, que tenha como cerne preparar os trabalhadores para derrubar do poder econômico, político e militar das mãos da burguesia, então estes partidos acabam inevitavelmente circunscritos a uma lógica reformista, que mantém o capitalismo intacto. No caso da greve dos educadores, ambos PSTU e PSOL não só se limitaram a uma postura reformista como também extremamente recuada, não deixando nada a desejar se comparados aos setores majoritários da CUT, que eles tanto condenam (corretamente) enquanto grandes inimigos dos trabalhadores. Para os revolucionários, uma greve deve ser uma "escola de guerra" na qual os trabalhadores devem aprender os mecanismos para expandir as lutas e melhor se organizar contra os patrões e o Estado, assim como perceberem os interesses comuns de toda a classe e sua necessidade de romper com o capitalismo.

Após aprovação da "suspensão" da greve pela assembleia da categoria, realizada em seguida à sessão na Alerj, convocou-se nova reunião do movimento para o dia 27 de agosto. Como já dissemos, entretanto, com os educadores de volta às escolas e com o acampamento desfeito, essa reunião provavelmente servirá apenas para que a burocracia realize seu balanço positivo da greve e pese na balança os riscos de reiniciá-la, contra as demandas (parcialmente) conquistadas, tentando

assim convencer a base de que o mais "sensato" seria terminá-la de vez e esperar o próximo ano para uma nova campanha salarial (na qual, sem dúvidas, outras demandas políticas figurariam apenas de forma secundária).

Para aqueles que estão distantes, o fim da greve pode parecer uma perspectiva "realista", tendo em vista a truculência de Cabral e de seus aliados. Mas estes não devem se deixar enganar: diversas entidades e grupos vinham prestando ativa solidariedade à greve dos educadores, dispondo-se não só a engrossar suas fileiras, como também a contribuir materialmente para a continuação do movimento, doando parte de suas finanças para o Fundo de Greve (destinado a pagar os professores que tivessem o ponto cortado por estarem em luta). Esse Fundo, aliás, poderia ter recebido uma considerável ajuda do voluptuoso caixa do Sepe, mas a direção majoritária do sindicato não tomou a menor iniciativa para organizá-lo.

Além disso, tem sido deflagradas em todo o Estado diversas outras greves e mobilizações ligadas ao setor da educação. Assim, na assembleia do dia 27 de agosto, todos os professores e funcionários combativos devem lutar pela continuação da greve, até que todas as suas reivindicações sejam atendidas. ***Passar por cima da burocracia sindical e levar a greve até o fim! Pela derrota de Cabral e de seus aliados!***

A luta pela educação cresce em todo país...

Indo na contramão da atitude da burocracia sindical do Sepe, poucos dias após a saída de campo dos educadores do Rio de Janeiro, os servidores e professores dos **Colégios Pedro II** declararam greve, realizando logo após uma manifestação no centro da cidade com cerca de 1500 trabalhadores e estudantes. O mesmo fizeram aqueles ligados ao Instituto Federal e ao Instituto de Educação de Surdos. E seguem por caminho parecido os docentes de diversas universidades, que organizaram uma paralização nacional no dia 24 de agosto. Tais mobilizações se inserem em um conjunto ainda maior, a "Jornada Nacional de Lutas", que aglomera importantes setores do funcionalismo público, entidades como o MST, dentre outros, em torno de uma campanha por melhorias sociais e trabalhistas.

Fora esses setores, também os educadores ligados à **rede municipal do Rio de Janeiro** estão mobilizados, preparando-se para um ato-paralização junto a diversos outros trabalhadores ligados ao funcionalismo público do município, contra medidas do governo que visam atacar sua previdência. Já os educadores **da rede municipal de Niterói**, cidade vizinha ao Rio, estão em greve desde o início de agosto! O irônico é que ambos setores se organizam através Sepe-RJ, porém o PSTU e o PSOL nada fizeram para unificar tais mobilizações, o que as tornaria muito mais poderosas. Pelo contrário, enfraqueceram-nas ao buscarem acabar nesse momento com a greve da rede estadual.

...mas é preciso ir além!

Nesse contexto de lutas do setor da educação, onde

O combativo acampamento da Rua da Ajuda (blog Pó de Giz)

pautas como aumentos e reposições salarias, melhorias e descongelamento de Planos de Carreira, além da abertura de novos concursos, são quase onipresentes, o movimento dos educadores estaduais teria muito a oferecer enquanto um importante exemplo de combatividade a ser seguido por seus mais variados companheiros. Se unificadas, essa série de mobilizações seriam capazes de uma verdadeira "vitória histórica", ao expandir e interligar a luta dos trabalhadores, mostrando seus interesses comuns contra o Estado capitalista e os patrões. Mas, ao retirar a categoria da luta, a direção do Sepe presta um verdadeiro desserviço à integração das mobilizações por melhores condições de trabalho e por uma educação pública, universal, gratuita e de qualidade. Portanto, cabe aos educadores não só passarem por cima dos burocratas de sua direção e lutarem pela continuação da greve, mas também pela aliança com os demais setores em luta.

É fundamental que os trabalhadores deixem as (péssimas) tradições corporativistas herdadas de anos de marasmo, que consistem em pensar apenas nos interesses específicos de sua própria categoria, e lutem pela unificação das suas campanhas. É verdade que as esferas de negociação são diferentes (Municipal, Estadual e Federal; Ensino Fundamental, Médio e Universitário; etc.), mas os trabalhadores não podem se deixar dividir por tal modelo fragmentador imposto pelo Estado dos patrões. Se queremos mudanças amplas e profundas na sociedade em que vivemos, então temos que ter como perspectiva a unificação das diversas lutas. ***Uma só classe, uma só luta!***

Mas quando falamos de unificar as diversas mobilizações em andamento, não nos restringimos à perspectiva de um ato nacional unificado, como é o caso da "Jornada Nacional de Lutas" comentada – o que sem dúvida possui peso e importância, mas não é suficiente. Ainda mais quando a principal demanda da "Jornada", no que diz respeito à educação, se limita a exigir que o governo aumente para 10% do PIB a verba do setor. Ou seja, não só não apresenta um programa próprio com medidas práticas para a educação, como não questiona a ordem vigente, buscando apenas arrancar mais verbas do

governo Dilma. "Exigir" mudanças por parte de Dilma e do PT, aliás, tem sido o carro-chefe de praticamente todas as campanhas do PSTU, que prefere mobilizar não para fortalecer e educar a classe sobre os limites do capitalismo, mas para "cobrar" melhorias do governo dos patrões.

Por um comitê unificado de trabalhadores da educação!

Na perspectiva de unificação das lutas, seria um grande avanço se @s profissionais da educação se unificassem em um **Comitê de Luta dos Trabalhadores da Educação**. Tal comitê deveria incluir não só os sindicatos de professores e funcionários em greve, mas também entidades estudantis. Esse tipo de iniciativa fortaleceria enormemente a luta dos grevistas e, com a adesão dos estudantes, daria fim ao discurso demagógico da mídia burguesa de que "greve na educação prejudica a juventude", como se os educadores não estivessem lutando justamente por melhoras na educação dada aos jovens. Isso é algo importante, porque tal discurso ajuda a isolar as campanhas dos educadores em relação ao resto da classe.

Além desses setores, também seria fundamental buscar organizar os profissionais dos estabelecimentos privados de ensino, muitas vezes submetidos a condições mais precárias e com direitos muito mais restritos. É o caso, por exemplo, dos **funcionários e funcionárias terceirizad@s** que cuidam da faxina e de outros serviços, não só nas escolas privadas, como em praticamente todas as universidades, públicas ou não. Tais funcionári@s são em sua maioria **mulheres negras**, com salários de fome e sem nenhum direito trabalhista. Esse tipo de profissional, super-explorado pelo capitalismo, teria muito a ganhar em uma luta conjunta, que traria menos riscos de demissões e retaliações, já que contaria com o suporte de outras categorias e setores efetivos e com direitos sindicais.

Fora que um comitê assim teria grande força para conquistar demandas históricas ligadas à educação, como o passe livre e ilimitado para estudantes de todos os níveis; alojamentos, creches e bandejões gratuitos para estudantes, professores e funcionários (principalmente @s terceirizad@s) nivelamento nas três esferas (Municipal, Estadual e Federal) dos salários de acordo com os mais altos; etc. Mais importante ainda, uma luta desse tipo seria capaz de arrastar atrás de si outras categorias, inflamadas pelo exemplo combativo. Mas essas demandas avançadas, que representam um forte ataque aos lucros dos patrões, só podem ser conquistadas com união e combatividade. Elas apontam para as enormes possibilidades de melhorias sociais que podemos alcançar caso os trabalhadores estejam no poder, utilizando de forma planejada e democrática a enorme riqueza que produzem.

Passeata de 17 de junho: grande demonstração de força (Portal G!)

Porém, algo dessa magnitude só será possível quando, primeiro, os profissionais da educação romperem com o recuo e as capitulações de suas direções ante os ataques do Governo, como estão fazendo atualmente o PSTU e o PSOL à frente do Sepe. Segundo, superarem a lógica corporativista e atuarem enquanto uma só classe, unificada contra os patrões e contra o capitalismo. E terceiro, quando os estudantes passarem por cima da mentalidade de atuarem sozinhos e se aliarem à classe trabalhadora, como é o caso do exemplo que têm dado os estudantes chilenos, ainda que de maneira limitada. ***Romper com a burocracia sindical e o corporativismo, avançar rumo a uma luta unificada pela educação pública, universal, gratuita e de qualidade!***

Notas

[1] Nossas análises sobre esse processo foram recentemente publicadas no artigo *O Vermelho Deles e o Nosso* (13 de agosto, blog do RR).

[2] Nas últimas eleições, realizadas em maio de 2009, a **Chapa 1 (Enlace e MTL)** obteve 18 diretores, enquanto a **Chapa 4 (PSTU, APS, PCB e Coletivo Paulo Romão, um racha do Enlace)** obteve 16, de um total de 48 cargos para a Diretoria Central. As demais chapas (2 e 3 – encabeçadas pela corrente **Democracia Socialista** do PT e pelo **PCdoB**, respectivamente) obtiveram juntas 14 cargos. Cerca de *dois terços* da Chapa 4 foram compostos por membros do PSTU. Confira o *resultado das eleições*, no site do Sepe e a *composição das chapas*, no site do PSTU. Em abril desse ano, o Coletivo Paulo Romão deixou o PSOL junto com outro grupo, o Alternativa Socialista (centrado no Rio Grande do Sul). Os dois formaram uma nova organização, denominada Construção Socialista (CS).

A revelação de James Cannon sobre sua "Poltrona de Couro"

Esta é uma carta enviada em 27 de maio de 1959 para Theodore Draper, um historiador do movimento comunista americano. A série completa de cartas enviadas por Cannon para Draper foi publicada sob o título de "Os Primeiros Dez Anos do Comunismo Americano" em 1962. Ela foi posteriormente reimpressa pela Pathfinder Press. A tradução deste trecho para o português foi realizada pelo Reagrupamento Revolucionário *em 2011.*

Eu acho que já dei por encerrado o assunto sobre "O Nascimento do Trotskismo Americano" – no qual eu desempenhei um papel central apenas por estar no lugar certo, na hora certa, e não haver ninguém mais para fazê-lo. Eu não poderia acrescentar muito ao que eu já escrevi em *A História do Trotskismo Americano*, em minhas cartas a você, e no longo artigo – "A Degeneração do Partido Comunista e o Novo Começo" na edição do outono de 1954 de *Fourth International*. A situação é essa. Se eu fosse escrever sobre isso de novo eu só poderia repetir o que eu já disse.

Você vai encontrar uma exposição melhor e mais completa nesses escritos do que uma que eu pudesse escrever hoje em dia. Eu tenho a habilidade, que para mim é gratificante, de empurrar as coisas para o fundo da mente depois de ter escrito sobre elas. Para escrever um relato novo sobre a origem do trotskismo americano, eu teria que me forçar de volta a um estado de semicoma, relembrando e revivendo a luta de 31 anos atrás. Isso é demais para eu enfrentar de novo.

***

A única coisa que eu deixei de fora dos meus extensos escritos sobre aquele período, que eu tentei excluir de todos os meus textos, foi o elemento especial de motivação pessoal para minha ação – no qual os cínicos jamais iriam acreditar e os pesquisadores do movimento operário nunca achariam nos arquivos e livros de atas. Eu falo do impulso de *consciência* que surge quando alguém está diante de uma obrigação que, nas circunstâncias dadas, cabe somente a essa pessoa aceitar ou recusar.

No verão de 1928 em Moscou, somada à revelação teórica e política que eu tive depois de ler a *Crítica ao Programa da Internacional Comunista* de Trotsky, houve uma outra consideração que me atingiu em cheio. Foi o fato de que Trotsky tinha sido expulso e deportado para a distante Alma Ata [no Cazaquistão], de que seus amigos e apoiadores tinham sido caluniados, expulsos e encarcerados, e que todas essas coisas eram uma *conspiração!*

Será que eu tinha saído de casa, ainda garoto, para lutar por justiça para Moyer e Haywood [1], para naquele momento trair a causa da justiça quando ela se colocava bem à minha frente, numa questão de importância transcendente para o futuro da humanidade? Um moralista de apostila poderia responder facilmente a essa pergunta dizendo: "É claro que não. A regra é clara. Você faz o que é certo fazer, mesmo se isso custar a sua cabeça". Mas não era tão simples para mim no verão de 1928. Eu não era um moralista de apostila. Eu era um político partidário e um faccionalista que tinha aprendido a agir de maneira premeditada. Eu já sabia disso a essa altura, e o meu autoconhecimento me deixou apreensivo.

Eu tinha gradualmente me estabelecido numa posição segura como representante do partido, com um escritório e uma equipe de assessores, uma posição que eu poderia facilmente manter – desde que eu me mantivesse dentro de limites e regras definidos, sobre os quais eu sabia tudo, e conduzisse a mim mesmo com a facilidade e a habilidade que havia se tornado quase uma segunda natureza para mim nas longas e persuasivas lutas fracionais.

Eu sabia disso. E eu sabia de mais uma coisa que eu nunca havia dito a ninguém, mas que tive que dizer a mim mesmo pela primeira vez em Moscou, no verão de 1928. O rebelde de espirito livre que eu costumava ser quando membro do IWW [2], tinha, sem que eu percebesse, começado a se ajustar de maneira confortável a uma poltrona de couro, protegendo a si mesmo e ao seu cargo por pequenas manobras e evasivas, e até permitindo-se uma certa presunção sobre sua acomodação astuta nesse jogo mesquinho. Eu vi a mim mesmo pela primeira vez como outra pessoa, um revolucionário que estava a caminho de se tornar um *burocrata*. A imagem foi terrível e eu me afastei dela com nojo.

Eu nunca enganei a mim mesmo sequer por um momento sobre as consequências mais prováveis da minha decisão de apoiar Trotsky no verão de 1928. Eu sabia que eu iria perder minha cabeça e também minha poltrona de couro, mas eu pensei: Para o inferno – homens melhores do que eu arriscaram suas cabeças e perderam suas poltronas de couro pela verdade e pela justiça. Trotsky e seus aliados estavam fazendo isso naquele mesmo instante nos campos do exílio e prisões da União Soviética. Não era mais do que a obrigação de um homem, por mais limitadas que fossem suas qualificações, lembrar pelo que ele tinha começado a lutar em sua juventude, e expor sua causa para fazer o mundo ouvir, ou ao menos para fazer os Oposicionistas russos exilados e presos saberem que eles tinham encontrado um novo amigo e aliado.

Em *A História do Trotskismo Americano*, na página 61, eu escrevi:

> "*O movimento que então começava nos Estados Unidos causou repercussões por todo o mundo. Da noite para o dia toda a perspectiva da luta havia mudado. O trotskismo, oficialmente declarado morto, foi ressuscitado na arena internacional e inspirado com renovada esperança, entusiasmo e energia. Denúncias contra nós foram colocadas na imprensa do partido americano e reimpressas mundo afora, incluindo o Pravda de Moscou. Os*

Cannon representado entre Trotsky e Engels no mural *El hombre en una encrucijada*, pintado em 1935 por Diego Rivera (marxists.org)

> *Oposicionistas russos na prisão e no exílio, quando cedo ou tarde chegasse até eles uma cópia do Pravda, saberiam da nossa ação, da nossa revolta nos Estados Unidos. Na hora mais sombria da luta da Oposição, eles saberiam que novos reforços haviam se unido à luta do outro lado do oceano nos Estados Unidos, que em virtude do poder e peso do país por si próprio, dava importância e peso aos atos dos comunistas americanos.*”
>
> “*Leon Trotsky, como eu coloquei, estava isolado na vila asiática de Alma Ata. O movimento mundial fora da Rússia estava em declínio, sem líderes, suprimido, isolado, praticamente inexistente. Com essas novidades inspiradoras de um novo destacamento na distante América, os pequenos jornais e boletins dos grupos da Oposição explodiram com vida novamente. Mais inspirador do que tudo, para nós, era a certeza de que os camaradas russos sob imensa pressão tinham ouvido nossa voz. Eu sempre pensei nisso como um dos mais gratificantes aspectos da luta histórica que nós tomamos em 1928 – que as notícias de nossa luta haviam atingido os camaradas russos em todos os cantos das prisões e campos de exílio, inspirando-os com nova esperança e nova energia para continuarem na luta.*”

Em Moscou, no verão de 1928, eu previ essa possível consequência da minha decisão e ação. E eu pensei que isso por si só a justificava, independente do que poderia acontecer depois. Muitas coisas mudaram desde então, mas essa convicção nunca mudou.

Notas do tradutor

[1] Moyer e Haywood foram dois proeminentes sindicalistas norte-americanos, cujas prisões, quando decretadas pelo governo, desencadearam uma enorme campanha operária por sua libertação.

[2] Industrial Workers of the World (Trabalhadores Industriais do Mundo), organização sindical anarquista de origem norte-americana e projeção internacional da qual James Cannon foi membro.

***

*Reproduzimos a seguir um breve trecho da C*arta Aberta aos Trotskistas do Mundo Inteiro*, documento escrito por Cannon e publicado em 1953 pelo SWP como uma crítica ao revisionismo pablista que tomara conta da Quarta Internacional. Extraído de* marxists.org.

Resumindo: o abismo que separa o revisionismo pablista do trotskismo ortodoxo é tão profundo que nenhum compromisso político ou organizativo é possível. A fração de Pablo demonstrou que não permitirá decisões democráticas que reflitam a opinião da maioria. Eles exigem a completa submissão à sua política criminosa. Eles estão decididos a eliminar da IV Internacional todos os trotskistas ortodoxos, a calá-los ou atar-lhes as mãos.

Seu plano tem sido introduzir a conciliação com o stalinismo de forma fragmentada e, ao mesmo tempo, livrar-se daqueles que vêem o que se passa e levantam objeções. Esta é a explicação da estranha ambigüidade de muitas das formulações e evasões diplomáticas pablistas.

Até agora, Pablo tem tido um certo êxito em suas manobras maquiavélicas e sem princípios. Mas chega-se a um ponto em que há uma mudança qualitativa. As questões políticas se apresentam liquidando as manobras, e a luta é agora um enfrentamento aberto.

Se pudermos dar um conselho às seções da IV Internacional, da nossa posição forçada de estarmos fora das suas fileiras, pensamos que é o momento de atuar, e atuar de maneira definitiva. É chegada a hora da maioria da IV Internacional mostrar sua vontade contra a usurpação da autoridade feita por Pablo.

Eles deveriam, além disso, salvar a direção da IV Internacional retirando Pablo e seus agentes de seus cargos, e levando para lá, quadros que têm demonstrado na ação que sabem conduzir o trotskismo ortodoxo e manter o movimento no caminho correto tanto do ponto de vista político como organizativo.

A Liga Espartaquista e a autodefesa operária

Regional do UAW organiza auto-defesa negra e operária

Publicado originalmente em abril de 1975 pela Liga Espartaquista (Workers Vanguard número 67). A tradução para o português foi realizada pelo Coletivo Comunista Internacionalista *em 2007. Esta versão foi copiada daquela disponível em* coletivolenin.org.

Chicago, 18 de abril de 1975 - C. B. Dennis, negro e membro do UAW (Sindicato Unido dos Trabalhadores Automobilísticos), tentou se mudar para o bairro de classe média branca de Broadview. A sua casa foi queimada e apedrejada repetidas vezes. Mas hoje à noite, como em todas as noites desde a semana passada, a casa da família Dennis está sendo protegida por uma auto-defesa inter-racial de seus companheiros sindicalistas. A regional 6 do UAW votou unanimemente, na sua assembléia de domingo, organizar a auto-defesa.

Num momento em que há um aumento dramático do terror racista contra os negros em todo o país, a ação da regional do UAW é um poderoso exemplo do que pode ser feito para parar os ataques noturnos. E esta é a melhor resposta possível para os que pregam a confiança na polícia da burguesia, se escondendo atrás do lamento desesperado: “os trabalhadores não vão defender os negros dos ataques racistas - não existe solução a não ser chamar a polícia”.

Os ataques, que causaram um prejuízo de milhares de dólares à casa, e impediram a família de se mudar, são parte de um padrão de terror contra os negros nos bairros brancos, onde a direita tenta espalhar o ódio racial. Em outra vizinhança, na Zona Sul, quatro famílias negras foram forçadas a viver virtualmente sob estado de sítio, com o Partido Nacional-Socialista do Povo Branco (Nazista) fazendo tudo, menos assumir os ataques.

Os primeiros voluntários da regional 6, incluindo o presidente local, Norman Roth, estavam a postos do lado de fora da casa, poucas horas depois da assembléia. C. B. Dennis, que trabalha na manutenção na planta da International Harvester de Melrose Park há 15 anos, foi entrevistado em casa pelo jornal Workers Vanguard [jornal da Liga Espartaquista]. Ele falou que não conseguiu proteção policial adequada.

“Eles falaram que iam chegar em vinte minutos. Mas não tem proteção nenhuma” Dennis falou, observando que só acontecem patrulhas de duas em duas horas à noite. “Isto é a melhor coisa que poderíamos fazer”, disse, referindo-se à auto-defesa, “Eu estou realmente orgulhoso do sindicato hoje. Eu acho que isso é uma grande coisa”. Um velho trabalhador negro que estava ouvindo concordou, dizendo que não conseguia lembrar de uma ação como essa feito pelo sindicato em toda a sua história. Ele comparou com as atividades de auto-defesa das campanhas em que participou nos anos 1930. A ação de auto-defesa da regional do UAW recebeu uma atenção considerável em Chicago. Apareceram artigos na segunda-feira nos dois jornais diários, e Dennis e os dirigentes da regional 6 foram entrevistados por dois canais de televisão à noite. Também houve, no mínimo, três reportagens no rádio.

Na segunda noite, os sindicalistas foram xingados por passantes, e um vizinho a duas casas de distância mandou-os “para o inferno”. Outro morador branco, entretanto, veio mais cedo para conversar com Dennis por vinte minutos, expressando simpatia e dizendo que algumas pedras também atingiram a sua casa.É evidente que a polarização racial é profunda, mas a vizinhança não chegou ainda a ser toda aterrorizada. Os voluntários da regional 6 falam em impedir outra mobilização racista, como aconteceu em Boston. Não houve novos ataques desde que o grupo de voluntários começou a vigiar a casa diariamente. A base votou que eles devem ficar “o tempo que for necessário” para assegurar que a família se mude com segurança para a casa.

Os ataques a famílias cresceram desde uma ofensiva organizada dos grupos fascistas e racistas de Chicago. Além dos ataques a quatro famílias negras na Zona Sul, houve ataques anteriores a outras famílias em Broadview. O Partido Nazista lançou candidatos para xerife em cinco distritos nas últimas eleições, e a Ku Klux Klan recentemente também esteve se organizando mais ativamente.

Esta escória se aproveita do desespero causado pelos altos índices de desemprego e inflação na classe trabalhadora, e seus esforços para dividir os trabalhadores pelas suas raças só podem beneficiar os patrões. Ações corajosas, como a feita pela regional 6 podem, se prosseguirem e forem adotadas pelo resto do movimento operário, impedir futuros ataques e, rapidamente, mandar o pequeno mas mortal movimento fascista para a sepultura que ele merece.

O terceiro ataque à casa de Dennis, que aconteceu dois dias antes da assembléia, revoltou particularmente

C. B. Denis e voluntários do comitê de autodefesa organizado através do sindicato UAW (Workers Vanguard Photo)

as auto-defesas voluntárias foi feita por um membro da *Corrente de Luta Operária*, que distribuiu um boletim na planta da empresa antes da assembléia, chamando uma resposta militante à onda de terror racista. A Corrente de Luta Operária é um agrupamento na regional 6 com um programa classista que esteve ativo, recentemente, em lutas bem-sucedidas contra a proibição de panfletagem na planta pela empresa, e contra a extensão dos mandatos dos representantes sindicais para três anos. A sua resolução na assembléia de domingo apoiava a "luta pela integração dos negros na moradia, na educação e nos empregos" como "um interesse vital de todos os trabalhadores", e denunciava a confiança na polícia, que "serve aos patrões, e da qual não podemos depender para defender os direitos dos negros ou dos sindicatos". A moção também exigia que as auto-defesas fossem estendidas às famílias negras da Zona Sul, assim como de Broadview.

Depois da assembléia, a regional lançou um número especial de seu boletim. Embora ele não tenha sido bem distribuído, uma reunião especial na terça-feira foi assistida por 25 membros de todas as correntes políticas da regional, assim como por um canal de televisão, que filmou tudo. O presidente Roth estava na mesa e recebeu várias críticas pela distribuição ineficiente do boletim especial da regional que, foi dito, faria a reunião ser bem maior.

Ele também voltou atrás, sob pressão, da sua objeção anterior à formação de um comitê especial para organizar as auto-defesas. Um comitê foi então formado, sob a direção do sindicato. Ele inclui dois membros da Corrente de Luta Operária, um membro do grupo sindicalista Voz Operária, e outros membros da regional. Os membros do comitê imediatamente começaram a procurar voluntários na planta.

Houve apoio à atividade de auto-defesa, pelo menos verbalmente, pela direção do UAW na área, incluindo o diretor regional Robert Johnston. O boletim especial da regional declarou que "estes esforços estão de acordo com os princípios e políticas do UAW".

Por outro lado, a direção do UAW pareceu preocupada, em primeiro lugar, em conseguir a intervenção do governo, tirando assim a responsabilidade das mãos do sindicato. Na casa de Dennis no domingo à noite, Roth disse ao Workers Vanguard que a sua intenção era "exercer toda a pressão política para obrigar as autoridades a fazerem alguma coisa". Depois, ele disse que "Em alguns casos, a polícia deu alguma proteção".

Roth, que é um famoso apoiador dos Sindicalistas por Ação e Democracia, o grupo sindical apoiado pelo reformista Partido Comunista, não surpreende ao confiar no Estado dos patrões. Nem a justiça, nem a polícia, o exército ou a Guarda Nacional vão proteger os negros da violência racista. Isso pode ser visto claramente pela situação de Boston, onde a justiça está conciliando com os racistas e dando um passo gigantesco para trás na questão do plano contra o apartheid nos ônibus.

Em Boston, houve duas linhas fortemente opostas sobre a questão de como defender os negros dos ataques racistas. De um lado, estavam os liberais, com o Partido Comunista e o SWP [que na época era seção do Secretariado Unificado (SU), corrente internacional reivindicada pelo Enlace/PSOL], que exigiram as tropas federais. Contra esta confiança mortal nas forças armadas do Estado capitalista, a Liga Espartaquista lutou por auto-defesas inter-raciais. Em Chicago, Boston, ou em qualquer lugar, as autodefesas negras e operárias podem eliminar rapidamente os terroristas racistas, neutralizar os elementos oscilantes da população branca e, finalmente, desmobilizar manifestações racistas.

A ação da regional 6 poderia ser o início de uma resposta militante e classista ao terror racista na grande Chicago, mas somente se toda a regional, incluindo a direção, trabalhasse seriamente nela e espalhasse a idéia para as outras regionais. Se a direção da regional 6, em vez disso, semeia ilusões no Estado, isso vai abrir o caminho para a piora da polarização racial. A auto-defesa não pode ser encerrada prematuramente, com a promessa de que o exército ou a polícia vão ser garantidos pelo Estado.